



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

**EDIÇÃO ESPECIAL
DOCUMENTOS**

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - FEVEREIRO DE 2019 - R\$ 5,00

Construindo o Partido-Programa

**Derrotemos o governo antinacional
e antipopular de Bolsonaro-Guedes
com as reivindicações e métodos
da classe operária**

**Enfrentemos o intervencionismo
de Trump, organizando a frente única
anti-imperialista**

**Lutemos sob a estratégia da revolução e
ditadura proletária - por um governo
operário e camponês**

**Viva as conferências regionais
do Partido Operário Revolucionário (POR)**

Resolução Nacional

*A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista
guia o trabalho de pôr em pé o partido marxista no Brasil.*

Página 3 ■

**Pela Libertação
de Lula**

Páginas 11 ■

**Pela independência
nacional**

Páginas 11 a 12 ■

**Resoluções
Regionais**

Páginas 12 e 17 ■

**Resolução sobre
a juventude**

Páginas 29 ■

Apresentação

Esta publicação especial – Documentos – contém as resoluções aprovadas nas Conferências Regionais do Partido Operário Revolucionário (POR), realizadas no final de janeiro. Foram discutidas, modificadas e aprovadas a resolução nacional comum e as resoluções regionais. Um informe de atividades também fez parte do temário das Conferências. Esse ponto diz respeito apenas à vida interna do partido. Eis por que não publicamos os informes. Cabe, no entanto, assinalar, de passagem, os principais aspectos discutidos e deliberados: a) o acerto da caracterização do golpe de Estado, da constituição da ditadura civil de Temer e da emergência das tendências ultradireitistas que se materializaram na vitória de Bolsonaro; b) o trabalho de construção do partido no seio da classe operária; c) avanço e recuo na organização partidária da juventude; d) a importância da propaganda revolucionária para o desenvolvimento do POR; e) a necessidade de melhorar a divulgação do Jornal Massas; f) o lugar da escola de quadros permanente na construção do partido leninista; g) a elevação da compreensão sobre o autofinanciamento do partido revolucionário. Esses foram os pontos principais, que constaram dos informes e das conclusões finais.

Em ambas as Conferências, observou-se a concordância com a linha política desenvolvida após o Congresso de janeiro de 2017, principalmente no último período em que a crise econômica e política manteve a sua marcha, sob o governo nascido do golpe. Avaliou-se como muito importante a posição do POR nas eleições de outubro de 2018. A defesa do voto nulo se mostrou correta, comprovada imediatamente diante da prostração do candidato Haddad e do PT diante da vitória de Bolsonaro. Praticamente toda a esquerda se perfilou por trás da fraude petista de que seu candidato expressava a luta antifascista. O mais significativo dessa avaliação diz respeito à própria caracterização do governo Bolsonaro, por seus traços típicos de uma ditadura militar-policial, fascizante.

A caracterização o mais precisa possível da forma e conteúdo do governo burguês é necessária para a tática revolucionária do proletariado. Não se pode confundir governo bonapartista com governo fascista. Nem se deve ocultar ou diminuir as tendências fascizantes do bolsonarismo. As Conferências, como está explicitado na resolução nacional, tiveram o cuidado de reconhecer que o novo governo ainda está por consolidar seus fundamentos particulares. Apon-tou, assim, para a necessidade de acompanhar, par e passo, a evolução do governo ultradireitista, abertamente antinacional e antipopular.

A militância coincidiu que a tarefa do próximo período é a de verificar as mudanças na situação política e nas tendências da luta de classes do proletariado e da maioria nacional oprimida. Está claro que, desde o golpe de Estado de 2016, vem ocorrendo uma virada radical na política burguesa do

País. Essa alteração é parte das mudanças na situação mundial, marcada pela eleição de Trump, nos Estados Unidos, e, em particular, pelo esgotamento do ciclo de governos nacional-reformistas, na América Latina. A explicação geral está em que a crise mundial, que eclodiu em 2008, mantém sua marcha de destruição maciça de forças produtivas.

Bolsonaro, ao se alinhar às diretrizes de Trump, arrastará o Brasil para a guerra comercial, maior submissão aos interesses do imperialismo e brutal ataque à vida dos explorados. A Resolução e as discussões ressaltaram os vínculos da crise nacional com a mundial e, em especial, com a da América Latina. Ficou absolutamente claro o imperativo de compreender as particularidades nacionais como reflexos dos condicionamentos da economia mundial e das ações desenvolvidas pelas potências.

A inserção do Brasil na órbita do intervencionismo e da guerra comercial de Trump expõe aos olhos da população a condição do Brasil de país semicolonial e o quanto está submetido à opressão nacional. O programa econômico do ministro da Economia Paulo Guedes se assenta nos interesses do imperialismo e do grande capital interno a ele associado. As consequências são brutais para a economia e a maioria oprimida. Inevitavelmente, se chocará com as massas. As Conferências, nesse sentido, discutiram como desenvolver a campanha pela constituição da frente única anti-imperialista. O reformismo petista, seus aliados e parte da esquerda centrista caminham ao contrário, erguendo a tática burguesa de “frente democrática”. De maneira que o reformismo continua sendo o principal obstáculo à luta independente da classe operária e dos demais explorados. A defesa da independência nacional, em oposição ao programa burguês de submissão, ganhará força material pondo em pé a frente única anti-imperialista.

Entendemos que as resoluções dedicadas à situação regional dão mais um passo à frente no estudo e compreensão das particularidades que refletem a lei do desenvolvimento desigual e combinado, que rege o funcionamento do capitalismo. Chamamos, em especial, a atenção para a cuidadosa investigação realizada pela regional Nordeste. Temos consciência de que ainda temos muito a fazer quanto à compreensão programática sobre a questão da unidade nacional não resolvida integralmente pela burguesia. A superação da estrutura econômica e social que combina o atraso pré-capitalista com o capitalismo mais avançado é um dos objetivos históricos do programa da revolução proletária.

As Conferências, assim, reconheceram a necessidade de impulsionar a construção do partido em nível nacional. Ao superar os limites regionais até agora alcançados, o POR potencializará seu programa como guia da maioria nacional oprimida.

*6 de fevereiro de 2019
Pelo CC, Atilio de Castro*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Comunicado do CERQUI diante da tentativa de golpe na Venezuela

Fora o imperialismo da Venezuela! Em defesa de sua autodeterminação!

24 de janeiro de 2019

- 1) Rechaçamos qualquer forma de intervenção do imperialismo e de seus lacaios, mediante ações militares, diplomáticas, sabotagem ou bloqueio econômico; não lhes reconhecemos nenhuma autoridade para dar um veredito sobre se as eleições foram ou não legítimas.
- 2) A grave crise econômica na Venezuela e o sofrimento das massas são provocados pela sabotagem da burguesia e pelo bloqueio econômico do imperialismo. Isso não elimina a responsabilidade do governo chavista pela calamidade do país. O chavismo se negou a enfrentar o imperialismo, expropriando a burguesia e o capital financeiro. O cerco do imperialismo e a incapacidade do chavismo de quebrar a sua ofensiva confirmam que somente o proletariado organizado pode derrotar o imperialismo e materializar a libertação nacional e social.
- 3) O verdadeiro objetivo do imperialismo é o petróleo da Venezuela. Trata-se de uma das mais importantes reservas do mundo, sendo um petróleo de melhor qualidade. Os Estados Unidos têm em mira controlar diretamente todos os recursos petrolíferos da região.
- 4) A classe operária e os oprimidos da Venezuela deverão resolver a defesa do seu país. Eles são os únicos que podem validar ou não as eleições, são eles os que podem resolver os problemas de seu país; defendemos incondicionalmente a autodeterminação da Venezuela.
- 5) O ataque do imperialismo afeta toda a América Latina, não somente a Venezuela. Uma derrota do povo da Venezuela pelas mãos do imperialismo é uma derrota para toda a América Latina. É necessário defender urgentemente a Venezuela, que há muitos anos vem sendo perseguida, com objetivo de acabar com o ciclo de governos nacional-reformistas. Essa virada agressiva do imperialismo norte-americano está relacionada com a guerra comercial que impulsiona, que procura recuperar o seu papel hegemônico e escapar da profunda crise em que se encontra, desde 2008.
- 6) Está vivo na memória o golpe contra Dilma Rousseff no Brasil, para impor Temer como presidente, e a impugnação do principal candidato opositor, com o aval desses mesmos personagens. O imperialismo norte-americano esteve por trás de todos os golpes militares na América Latina, é responsável pelos maiores massacres de nossos povos; como, por exemplo o golpe fascista de Pinochet, no Chile, e o Plano Condor. Na atualidade, Trump, Bolsonaro, Piñeira, Duque e Macri são a máxima expressão do autoritarismo em nossa região.
- 7) Diante do fracasso de todas as vias que a oposição burguesa tentou para derrubar o governo chavista, a política do imperialismo visa a promover uma guerra civil para destituir Maduro, e impor um governo servil. Alertamos a classe operária sobre essa perspectiva.
Diante dessa ameaça, a resposta operária deve ser a de expropriar os grandes capitalistas, os latifundiários e as multinacionais, para eliminar a base material do golpismo, tarefa que somente pode ser imposta pelo governo operário e camponês. Nessa perspectiva, está colocada a organização imediata de uma frente única anti-imperialista, que passe por cima de todas as limitações e incapacidades do chavismo para resolver os problemas nacionais.

Chamamos os sindicatos e partidos políticos, que se reivindicam da classe operária e da luta contra o imperialismo, a se pronunciarem e se mobilizarem contra o golpe em marcha do imperialismo.

***Fora o imperialismo da Venezuela
e da América Latina!***

Resolução Nacional

1. A classe operária e demais explorados estão diante de uma grande ofensiva da burguesia contra suas condições elementares de existência. São atacados em várias frentes: desemprego e subemprego em alta; rebaixamento salarial; quebra de antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias; enorme precarização dos sistemas de saúde e educação públicos; recrudescimento das dificuldades de se obter moradia. Essas manifestações não se limitam ao Brasil. De conjunto, formam um quadro de destruição de forças produtivas, aumento da exploração do trabalho e redução da responsabilidade do Estado com os serviços sociais. Expressam a lei econômica de concentração crescente da riqueza, em um pólo, e expansão da pobreza e miséria, em outro.
2. A ofensiva do capital contra o trabalho ocorre de maneira mais violenta nas condições de crise econômica, em que as contradições do capitalismo tornam uma grande massa de força de trabalho em supérflua, sobrevém a superprodução, agrava-se a anarquia da produção social e as forças produtivas estagnam e começam a desmoronar. A necessidade dos capitalistas acirrar a destruição de forças produtivas e o grau de sua destruição indicam a profundidade, o ritmo e a extensão da crise mundial do capitalismo.
3. Encerrado o período de reconstrução do pós-Segunda Guerra, reduziram-se gradativamente as possibilidades de recomposição das forças produtivas. Uma sequência de crises sobressaltou a economia internacional. Tudo indica que a hecatombe, iniciada em 2008, nos Estados Unidos, é a que melhor expressa o caráter estrutural da crise mundial, depois das duas guerras

que destruíram em grande escala as forças produtivas, e promoveram a partilha do mundo entre as potências vencedoras. É o que explica a guerra comercial deflagrada, abertamente, pelos Estados Unidos, com a ascensão dos republicanos e de Trump ao poder. Essa mudança qualitativa nas disputas pelo mercado mundial, impulsionadas pelos Estados Unidos, em defesa de sua hegemonia, foi precedida por uma série de conflitos regionais, guerras civis e intervencionismo imperialista. O que indica o esgotamento da ordem mundial edificada no pós-guerra, que se traduz na destruição massiva de valor, decorrente da crise mundial de superprodução. As forças produtivas voltam a se chocar violentamente com as relações de produção e com as fronteiras nacionais.

4. Depois da recessão de 2008 e 2009, que atingiu principalmente os Estados Unidos e a Europa, espalhou-se pelos países de economia atrasada, atingindo a América Latina. O período de queda econômica e de recessão, que percorreu os anos de 2014 e 2016, no continente latino-americano, indicou a tendência geral de destruição e retração das forças produtivas. O Brasil foi um dos países mais duramente afetados. Os assalariados arcaram com 3,5 milhões de demissões, entre 2015 e 2016. A taxa oficial de desemprego alcançou 13,7%, mais de 14 milhões de desempregados, no início de 2017. Muito lentamente, vem caindo, graças ao subemprego. A mutilação e degradação da força de trabalho são uma das consequências mais visíveis da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.
5. A perspectiva para os próximos anos é de baixo crescimento, que mal repõe a queda nos anos de recessão. Isso se a economia mundial não sofrer uma forte desaceleração, o que é possível, segundo as previsões do FMI. O Brasil é um dos países da América Latina mais sensível ao que se passa em nível internacional. O seu grau de industrialização e penetração do capital financeiro em sua economia estreitou muitíssimo a interdependência, de maneira que as forças produtivas internas se acham sob grande influência das externas. O que faz com que as contradições mundiais, que não permitem o desenvolvimento geral das forças produtivas, se ergam como um poderoso obstáculo ao progresso interno. Do início dos anos de 1980 até o presente momento, cerca de quatro décadas, a economia teve pequeno crescimento, diante de suas potencialidades. A exceção está entre os anos de 2003 a 2008. A crescente dependência da penetração do capital externo explica, em boa parte, o baixo desempenho econômico, nas últimas décadas. Ao seu lado, se destaca a monumental dívida pública, que consome uma parte considerável da riqueza produzida. Em outras palavras, o parasitismo financeiro se ergueu como uma poderosa trava.
6. A burguesia nacional está completamente subordinada aos interesses e diretrizes do imperialismo. O fato de ter sido incapaz de impor a independência nacional, realizar a reforma agrária, resolver os desequilíbrios regionais, extirpar a miséria, acabar com as discriminações, e realizar a elevação cultural das massas determinou historicamente o atraso das forças produtivas internas, e sua forte dependência ao movimento mundial dos capitais. O avanço de sua industrialização, que o distingue da maioria dos países latino-americanos, não superou sua condição de país exportador de matérias-primas e

de produtos agropecuários. A combinação de formas atrasadas de produção com as mais avançadas impôs à economia nacional a concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul, a rarefeita industrialização no Nordeste, e a quase desindustrialização no Norte, sendo que o Centro-Oeste foi tomado pela agroindústria. Essas condições estruturais atrasaram e atravancaram o desenvolvimento geral da força de trabalho, que é abundante no País. O desemprego, subemprego e miséria estão na base da economia nacional, esmagando o valor da força de trabalho.

7. O nacionalismo burguês serviu à industrialização e, portanto, à alteração da economia estritamente agroexportadora e importadora de manufaturas. Mas, não foi capaz de resolver as tarefas democráticas do capitalismo atrasado, tipicamente semicolonial. Sua política de centralização autoritária preservou os interesses das oligarquias e não rompeu a penetração do capital monopolista externo, que passou a ditar os rumos do desenvolvimento do País. Teve o mérito de organizar a industrialização e estabelecer leis trabalhistas de regulamentação da exploração do trabalho assalariado. A classe operária embrionária, do início do século XX, teve um grande impulso sob o nacionalismo burguês da década de 1930, que abriu caminho para o fortalecimento do proletariado nacional. A luta de classes esteve na base das reformas trabalhistas. O que expressou o choque entre a burguesia, voltada à superexploração, e o proletariado, voltado à defesa de suas condições de existência. Inúmeras conquistas, como a jornada de 8 horas de trabalho e outros benefícios da CLT, foram implantadas pelo governo nacionalista. A política de industrialização, no entanto, logo esbarrou nos obstáculos estruturais do País, que saiu da condição colonial para a semicolonial.
8. O golpe de 1964 e os vários governos militares fizeram uma revisão na CLT. Sob o impulso da penetração das multinacionais, desde meados dos anos 1950, os capitalistas exigiram a quebra de direitos. As alterações se voltavam a facilitar as demissões, rebaixamento salarial e estabelecimento do trabalho temporário. As revisões nas relações trabalhistas do período da ditadura militar indicaram a tendência da burguesia em retirar as proteções que serviam aos trabalhadores. Entre elas, a quebra da formalização dos contratos e da estabilidade no emprego. Os direitos trabalhistas incidem, direta ou indiretamente, no custo da força de trabalho. Quanto menos encargos, menor estabilidade e maior facilidade em se utilizar a rotatividade da mão-de-obra, melhor para a livre exploração capitalista do trabalho. As alterações promovidas pelo regime militar vieram no encontro dos monopólios industriais. A destruição de direitos trabalhistas abriu um período de reversão das conquistas do passado nacionalista. Ao lado do ataque à classe operária e às suas organizações sindicais, bem como partidárias, a ditadura golpeou o movimento camponês, que se fortalecia em torno à bandeira da reforma agrária.
9. O fim da ditadura militar e a democratização não serviram para restabelecer direitos trabalhistas, rever a redução geral dos salários e, em particular, a violenta diminuição do salário mínimo. Considerado como um todo, o período é caracterizado por reformas antinacionais e antipopulares. O primeiro governo eleito, Collor de Mello, inaugurou a política francamente pró-imperialista. Os seus dois planos econômicos foram de

privatização e congelamento de salários. Como foi derrubado na metade do mandato, delegou a continuidade ao governo de transição de Itamar Franco, que, por sua vez, preparou o caminho para o governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual concentrou em suas mãos o programa antinacional e antipopular. É bem conhecido o seu plano de privatizações. Ao lado do entreguismo, lançou um ataque aos explorados: introduziu o tempo de contribuição para se alcançar a aposentadoria, o fator previdenciário, bem como, instituiu o trabalho parcial e a redução da jornada com redução salarial. O governo do PSDB feriu de morte a CLT. Os governos do PT constituíram um interregno na política francamente antinacional e antipopular. No entanto, cederam às pressões do capital financeiro e dos monopólios industriais. Lula atacou a Previdência dos servidores públicos, pondo fim ao direito de se aposentar com salário integral. Dilma introduziu o critério que soma a idade com o tempo de contribuição, cuja progressão dificulta, no final das contas, que grande parte dos assalariados obtenha a aposentadoria. Em plena recessão e demissão em massa, o governo petista alterou o seguro desemprego, para assim poupar recursos destinados à sustentação da dívida pública; atendeu às multinacionais e à burocracia sindical, legislando sobre a flexibilização capitalista do trabalho. O seu “Programa de Proteção e Emprego (PPE)”, na realidade, protegeu as multinacionais. Mas, foi com a ditadura civil de Temer que se desfechou um dos golpes que destruiu definitivamente a CLT. A reforma trabalhista e a lei da terceirização impõem um retrocesso histórico às conquistas elementares da classe operária.

10. É importante assinalar essa trajetória de ataque sistemático e retrocesso às conquistas dos explorados. Nota-se que, à exceção do período nacionalista de Vargas, em que se promulgou a CLT, que disciplinava a exploração do trabalho assalariado, nos demais períodos, prevaleceram alterações contrárias aos interesses da classe operária. Tanto governos burgueses ditatoriais quanto democráticos impuseram retrocessos à legislação de proteção mínima aos assalariados. A previdência, que, ao lado da CLT, teve e tem grande importância para a maioria oprimida, percorreu um longo caminho, adaptando-se aos interesses das frações capitalistas. Desde os anos 1990, vem padecendo de duros ataques. Está em andamento, mais uma vez, a reforma da Previdência. O governo Temer elaborou o projeto, mas não conseguiu aprová-lo. Essa tarefa antipopular cabe, agora, ao governo Bolsonaro. Caso consiga levar adiante o projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, se completará o plano geral das contrarreformas. Anos e anos de reformas antinacionais e antipopulares correspondem a vitórias da burguesia diante da classe operária, da classe média arruinada e dos camponeses empobrecidos. Foram vitórias políticas e econômicas. Não porque faltou disposição de luta e reação dos explorados, mas porque, diuturnamente, foram traídos ou abandonados à sua própria sorte pelas direções sindicais burocráticas. O fator principal, porém, se encontra na ausência do partido revolucionário, construído no seio do proletariado, e vinculado às demais camadas oprimidas.
11. O interregno que caracterizou o governo petista não significou a defesa do trabalho contra o capital. As reformas da Previdência e as medidas de flexibilização capitalista do trabalho serviram aos interesses da burguesia e, em particular, das

multinacionais e do capital financeiro. A incapacidade do nacional-reformismo de se contrapor ao avanço das reformas antioperárias e antipopulares demonstrou a impossibilidade de reformas estruturais no capitalismo em decomposição. Nessa mesma linha, se inclui o fracasso da reforma agrária, pleiteada pelo MST, e apoiada pelo PT, apesar de limitada à desapropriação com indenização, dirigida exclusivamente às terras improdutivas e voltada aos assentamentos. Está aí por que, no governo de Dilma Rousseff, tais medidas se escassearam. O reformismo se restringiu ao assistencialismo do Bolsa-Família, do programa “Minha Casa, Minha Vida”, dos subsídios ao ensino particular e das “ações afirmativas” (cotas). Os incentivos às regiões mais atrasadas não modificaram substancialmente os históricos desequilíbrios regionais, servindo principalmente às oligarquias estaduais. A medida mais importante no governo de Lula foi a de valorização do salário mínimo. Não cumpriu, no entanto, a promessa de dobrar o seu valor real, que, mesmo assim, manteria milhões na pobreza ou miséria. Coube ao governo Dilma desmontar o mecanismo de valorização. A crise econômica se encarregou de colocar o governo petista contra a parede e expor sua real política burguesa.

12. A tentativa do último governo petista de se equilibrar diante da burguesia, que exigia a adoção das reformas antinacionais e antipopulares, e diante das massas golpeadas pelo desemprego, inviabilizou a governabilidade. A oposição burguesa se unificou, isolando Dilma Rousseff. Sem poder recorrer aos explorados, o governo petista ficou suspenso no ar. A mobilização da pequena burguesia em torno à bandeira do fim da corrupção deu força à caçada dos dirigentes petistas pela Operação Lava Jato. A frente burguesa golpista triunfou com a aprovação final do impeachment, em 31 de agosto de 2016. O golpe de Estado e a constituição da ditadura civil, chefiada por Temer, evidenciaram a incapacidade do nacional-reformismo de recorrer à classe operária. Concluiu-se o interregno e se restabeleceu o fio condutor das reformas antinacionais e antipopulares, tecido desde o governo Collor. É importante ter claro que a PEC do Teto, reforma trabalhista e lei da terceirização resultaram do triunfo do golpe e da constituição da ditadura civil.
13. A derrubada do governo petista não solucionou a crise política. A burguesia manteve Temer, apesar do gigantesco escândalo de corrupção, envolvendo diretamente o presidente da República. Escândalo de tal envergadura que não houve nem no governo de Lula, nem no de Dilma. O Ministério Público teve de se conformar com a decisão do Congresso Nacional de livrar Temer da continuidade do processo penal. Nunca houve um governo tão desmoralizado e rejeitado pela imensa maioria da população. A sua subsistência dependeu inteiramente do capital financeiro, dos monopólios e do imperialismo. Essa condição expõe, com absoluta clareza, o papel traidor da política de conciliação de classes do PT, PCdoB, de sua burocracia sindical e demais aliados, bem como da fração burocrática vinculada diretamente a setores da burguesia, representada pela Força Sindical. A jornada de luta de março e abril de 2017 assinalou a disposição das massas de enfrentar o governo golpista e suas medidas. A greve geral de 28 de abril, por sua vez, contou com a presença da classe operária, mobilizada nacionalmente. Em seguida, a burocracia sindical realizou o 1º de

Maio fragmentado e dedicado às festividades. A burocracia petista utilizou sua festa para fazer apologia da democracia burguesa e pleitear a constituição de um governo legitimado por eleições, o que veio a ocorrer com a eleição de Bolsonaro. A esquerda, que se reivindica do socialismo, se arrastou por trás da bandeira de eleições. A partir desse momento, a burocracia sindical desfez a frente única, recolheu as manifestações e desmontou as tendências de luta, que poderiam desembocar em uma nova greve geral. Em junho, se montou uma paródia de resistência, com um “Dia nacional de luta”, à reforma trabalhista. O governo moribundo de Temer e o Congresso Nacional golpista não tiveram trabalho algum em aprovar o projeto de lei, em julho de 2017. A reforma da Previdência somente não foi aprovada devido às divisões internas na própria oligarquia, nos partidos burgueses e na burocracia estatal. Até hoje, a burocracia falsifica os acontecimentos, afirmando que foi o movimento que impediu a aprovação da reforma da Previdência. Essa é a forma de ocultar sua responsabilidade diante da aprovação da reforma trabalhista.

14. A ditadura civil de Temer não apenas impôs a reforma trabalhista. Imediatamente, passou a implantá-la. Os capitalistas, com as mãos livres, movimentaram-se no sentido de ampliar a terceirização, rever as faixas salariais para baixo, alterar a jornada de trabalho, eliminar cláusulas do Acordo Coletivo, pressionar por acordos por empresa, e aumentar a perseguição no interior das fábricas aos operários mais revoltados. A burocracia sindical foi atingida no seu ponto mais sensível – fim do imposto sindical. A Força Sindical, não apenas quebrou a greve geral, como passou a negociar com Temer uma forma de manter esse imposto. É bem provável que os militares, já incrustados no governo golpista, por meio do general Etchegoyen, exigiram a quebra do imposto. A burocracia sindical comparece como uma casta com poderes políticos precisamente pelo imenso aparato possibilitado pela milionária arrecadação compulsória. O PT se valeu, em grande medida, da CUT. A criação do Partido Solidariedade, por sua vez, contou com a máquina da Força Sindical. O PCdoB se expandiu, utilizando a CTB. Outros partidos também se valeram das centrais, multiplicadas em função do fracionamento burocrático do movimento sindical. O governo do PT favoreceu a edificação de tais aparatos. Eliminando-se o imposto sindical, as frações burocráticas se enfraquecem politicamente, e ficam ainda mais à mercê das pressões do Estado. Tudo indica, no entanto, que o principal alvo foi o PT. O desmonte do aparato cutista reduz a fonte de financiamento do PT. O plano estratégico do governo golpista era e é o de destruir a CLT, dando maior liberdade para os capitalistas exercerem a exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, enfraquecer a capacidade de reação dos sindicatos. Ao reduzir drasticamente a possibilidade da burocracia de se utilizar da Justiça do Trabalho, retirando seu papel de árbitro das greves e das decisões sobre causas individuais e coletivas, o poder patronal ganharia uma dimensão até então desconhecida na história social do País. É o que de fato vem sendo implementado. Bolsonaro completou esse objetivo, liquidando o Ministério do Trabalho. Assim, atinge-se a meta de desmontar o arcabouço do trabalhismo varguista. A burocracia sindical se curvou. O momento decisivo dessa derrota se deu com a quebra da greve geral

de 28 de abril de 2017. Essa é a via ditatorial da burguesia de restringir a capacidade política da burocracia e de fragilizar ainda mais os sindicatos.

15. O pleito que elegeu Jair Bolsonaro refletiu e esteve condicionado a esse processo convulsivo da crise política, que tomou forma desde as eleições de 2014, que deram o segundo mandato a Dilma. Bolsonaro sequer contou com um dos grandes partidos da burguesia. A maioria da população evidenciou seu desencanto com os partidos identificados com o governo Temer, de um lado, e com o PT, cassado pela Operação Lava Jato, de outro. A intervenção das igrejas evangélicas foi decisiva para hastear a bandeira de Bolsonaro. Estava claro que a candidatura governista, do MDB, não iria sair da rés do chão. A surpresa se deveu ao raquitismo do candidato do PSDB, que montou uma ampla frente partidária com o apoio majoritário da burguesia, mas sem êxito. Acreditava-se que a esquerda da política burguesa poderia ser representada pela candidatura do PDT. O PT arriscou levar até o último momento a bandeira de “Lula Presidente”. A prisão do ex-presidente foi providencial para impossibilitar o retorno do PT ao poder. A quebra da candidatura do PSDB, a desmoralizada candidatura do MDB, a estagnada candidatura do PDT e a insignificância das candidaturas da esquerda possibilitaram a disputa final entre Bolsonaro e Haddad. A burguesia como um todo, à exceção de setores das oligarquias regionais, passou a apoiar Bolsonaro, diante da falência do PSDB. Apesar de a candidatura petista avançar, estava claro que não punha perigo ao candidato do PSL. Em nome do combate ao fascismo, toda esquerda se perfilou por trás de Haddad, no segundo turno. As esquerdas ocultaram sua política democratizante pequeno-burguesa e eleitoreira sob tal justificativa. Criou-se uma tremenda confusão em torno à caracterização de fascismo. E o voto em Haddad foi erguido como se fosse a via de derrotar os bolsonaristas, independente da estratégia petista de revitalização da democracia, e de sua política de colaboração de classes. Isso quando, o tempo todo, o PT e as esquerdas não observaram a projeção dos militares na política burguesa, desde o movimento golpista que levou à derrubada do governo petista e à instalação da ditadura civil. É como se o PT, seu braço sindical (CUT) e seus aliados não tivessem responsabilidade pela ascensão da ultradireita fascitizante. A conclusão é que a maioria oprimida foi arrastada para as eleições pela ala ultradireita da política burguesa; a outra parcela se manteve sob a política de conciliação de classes do PT. Nessas condições, se destaca a gravidade da ausência da independência de classe do proletariado.
16. Os explorados passarão pela experiência com um governo eleito, composto de militares. Seu caráter ditatorial, militarista, já é visível, o que está por se manifestar é sua tendência fascitizante. Essa força política, que se nutriu da virada direitista da classe média, e que está sendo incorporada pelas frações dirigentes da burguesia, se levantou sobre os escombros do PT, e a decomposição dos velhos partidos oligárquicos. O que não quer dizer que se esgotou completamente a experiência das massas com o nacional-reformismo petista. Nem que deixou de cumprir um lugar no ordenamento da democracia burguesa. A classe operária e, principalmente, as camadas empobrecidas que votaram no PT, em contraposição à ultradireita, e em desprezo à direita (representada pela candidatura de Al-

ckmin), testarão, mais claramente, a política do nacional-reformismo. Sua capacidade e disposição de organizar a luta direta contra as ações ditatoriais e as medidas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro serão observadas. É bem possível que as massas comecem se confrontando com os ataques do novo governo, e acabem se chocando com a política de colaboração de classes do PT e aliados. A posição anunciada pela direção da CUT, de que fará *“oposição propositiva”*, indica essa possibilidade. A manutenção e aplicação da linha colaboracionista, diante de um governo ditatorial e francamente pró-imperialista, se traduzirá em uma traição que não se pode ocultar dos explorados. Se o governo constituído de militares nos postos-chaves e apoiado nas Forças Armadas se firmar, imporá uma dura derrota às massas e impulsionará os retrocessos econômicos e sociais, iniciados com a ditadura civil de Temer. Isso se dará com a colaboração da oposição burguesa, da qual faz parte o PT, ou com o esmagamento da resistência operária e popular. Caso contrário, a continuidade e aprofundamento da crise, bem como a perda da governabilidade, poderão desembocar em uma crise revolucionária. A burguesia, a ultradireita e o imperialismo não estão dispostos a aceitar a volta do PT ao poder, a não ser que seja o último recurso contra um levante convulsivo das massas. Pode ser que se manifeste outra variante, mas é necessário e obrigatório prever as possibilidades, para, desde já, trabalhar no terreno da luta independente da classe operária e do programa revolucionário.

17. O formato militarista do governo era previsível. Isso não apenas porque a chapa que concorreu às eleições tinha em seu posto máximo dois militares – Bolsonaro e Mourão – e contou na campanha com a participação ativa de generais da reserva, mas também porque o golpe de Estado abriu as comportas para a militarização da política. A ditadura civil de Temer reorganizou a polícia política, aos moldes da montada pelo regime militar. Recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sob a chefia do general Etchegoyen, que reorganizou a Abin, e reconstituiu o Conselho de Segurança Nacional, batizado de Conselho de Defesa Nacional. O velho SNI está de volta, evidentemente, com nova roupagem retirada do armário do “Estado de Direito”. A decisão de colocar o general Augusto Heleno como chefe do GSI promete aprimorar o serviço de informação contra os movimentos, greves, ocupações, direções sindicais e correntes de esquerda. Não é absurda a avaliação de que os militares estão se preparando para a contra-insurgência. É sintomático o fato de Bolsonaro ter apontado o dedo ao MST, e seu ministro da Justiça, Sérgio Moro, ter pleiteado o recrudescimento da Lei Antiterrorismo, ditada pelos Estados Unidos e demais potências. Não é de hoje que a burguesia vem insistindo em criminalizar as ocupações de terras, de forma a acabar com esse método, que viola o direito de propriedade capitalista. Setores da política burguesa viram com maior preocupação a entrega do ministério da Defesa a um general. Acham que era melhor ser conduzido por um civil, sob a centralização da presidência. Mas, foi Temer quem restituiu o cargo aos militares. Essa decisão, por si só, coloca as Forças Armadas como fator da governabilidade, no dia-a-dia. A entrega da Secretaria de Governo da Presidência ao general Carlos A. Santos Cruz obscurece o lugar de Onyx Lorenzoni na Casa Civil, cuja função é a de ligar a presidência

ao Congresso Nacional. Santos Cruz será a sombra da força militar junto ao parlamento, governadores e prefeitos.

18. As características desse governo são tipicamente do bonapartismo. Um governo militar que atuará por cima das frações burguesas e do parlamento. Administrará o Estado com métodos policiais, principalmente diante da luta de classes. A sua fisionomia será mais bem definida nas condições de governabilidade concreta. A enorme crise, desencadeada com a reeleição de Dilma Rousseff, o movimento pró-impeachment, o triunfo do golpe e a continuidade da instável governabilidade, acossada pela Operação Lava Jato, potencializou a tese de que é preciso uma centralização autoritária. É o que os direitistas denominam de competência, autoridade e moralidade. O último adjetivo é um enfeite. O precipício aberto pela retração econômica e o enorme desequilíbrio fiscal, provocado pela gigantesca dívida pública, exigem do governo uma política de franco ataque à vida das massas e de maior submissão às diretrizes internacionais do imperialismo. Não pode submeter a governabilidade ao fragmentado Congresso oligárquico. Os bolsonaristas, provavelmente orientados pelos militares, anunciaram uma mudança de método na formação do governo. Que é o de não se apoiar na velha prática da negociação dos cargos ministeriais. A indicação de nomes pelas bancadas (evangélica, ruralista e segurança, principalmente) mostrou que não é viável a pureza de tal método, popularmente tido como oposto ao “toma lá dá cá”. O certo é que o grupo de Bolsonaro, que não conta com uma poderosa máquina partidária, somente tem a opção de recorrer à autoridade dos militares, o mais importante pilar do Estado burguês, em outras palavras, da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Formado o governo, nota-se a presença do DEM. Partido esse que vem da antiga Arena, partido do regime militar, e que estava em adiantado estado de decadência. O MDB se acha nos bastidores da constituição do governo militarista, por meio da camarilha de Temer. E o PSDB não tem alternativa, a não ser encontrar uma forma de compor com os bolsonaristas. As pressões dos governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, eleitos pelo PSDB, caminham nesse sentido. A oposição poderá ser anulada, caso o governo militarista consiga garantir o apoio das principais frações da burguesia oligárquica que comanda, em última instância, o funcionamento dos partidos e do Congresso Nacional. A unidade burguesa em torno ao governo autoritário facilitará a tarefa de Bolsonaro de descarregar a crise sobre as massas e empurrar o País para os braços de Trump.
19. Caracterizar, com máxima precisão, o governo e sua política, é dever dos marxistas. As forças, que se dizem de oposição, e que ocultam que, pela via das eleições, se constituiu um governo militar, antidemocrático, com tendências fascizantes, se adaptam e capitulam. É obrigatório levantar a bandeira *“Abaixo o governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro”*, ainda que tenha, no primeiro momento, uma função propagandística. As massas que elegeram Bolsonaro não lhe deram o poder para constituir um governo militar, embora os bolsonaristas afirmassem que o Brasil precisava de um governo com autoridade, para combater a corrupção, a criminalidade e garantir a segurança. Escondeu-se da população que se iria formar um governo assentado nas Forças Armadas. A

candidatura do PT e das esquerdas não fizeram campanha contra a militarização da política e a utilização das eleições para entregar aos militares a governabilidade. A denúncia de fascismo, assim, se diluiu como uma abstração eleitoral. O fundamental estava em que a democracia burguesa e seu mecanismo formal do voto dariam lugar a um governo militar. Terminadas as eleições, abandonou-se a avaliação sobre o perigo do fascismo, e não se deu a devida importância ao seu caráter militar. A bandeira de formação de “*frente única democrática*” corresponde à adaptação parlamentar às novas condições de instalação de um governo militarista no País. O maior perigo não está no fato dos explorados terem de enfrentar esse governo, mas sim o de se manterem presos à política burguesa e pequeno-burguesa de conciliação de classes e de subordinação à democracia burguesa.

20. A tendência do capitalismo em decomposição é a de expor a falência da democracia burguesa, já em grande medida mutilada, e a de substituí-la por regimes ditatoriais. O golpe de Estado, que cassou 54 milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff, e instituiu um governo não-eleito, uma ditadura civil, revelou como o Congresso Nacional, o Judiciário e as Forças Armadas montaram um conluio de fachada legalista para derrubar um governo constitucional. Os partidos que, no passado, se colocaram pela redemocratização, pela Nova República, agora, se prestaram ao objetivo antidemocrático das forças mais reacionárias, que se foram reconstituindo e emergindo da crise econômica, e que se alimentaram da incapacidade do nacional-reformismo. O fato é que, historicamente, as Forças Armadas nunca deixaram de tutelar os governos e o Congresso Nacional. É inevitável, portanto, que a classe operária e a maioria oprimida tenham de combater governos ditatoriais, para se defenderem da miséria e da fome, e abrirem caminho à luta pelo programa de expropriação revolucionária da grande propriedade dos meios de produção. Está aí a justificativa por que o problema não está na constituição de um governo militar no seio da própria democracia oligárquica, mas sim na ausência da organização independente da classe operária. O combate a esse governo, certamente, passará pelo enfrentamento à política de colaboração de classes do PT, sobretudo.
21. A caracterização do governo burguês exige expor o conteúdo econômico e social de sua política. A diretriz com a qual foi eleito não deixa margem a dúvidas. Definiu-se pelo ultraliberalismo e pelo alinhamento do País à política norte-americana, chefiada por Donald Trump. A ampla privatização das estatais já havia sido planejada e, em parte, realizada por Temer. A exceção conferida a setores de energia, a exemplo da Petrobras, a pedido dos militares, não impede o avanço da desnacionalização e a preparação para o entreguismo total. O avanço desenfreado da desnacionalização abriu um novo capítulo, com a entrega de reservas do pré-sal. A ideia mais ousada dos ultraliberais é a de quebrar o monopólio estatal da Petrobras, permitindo a instalação de empresas estrangeiras na área do refino. A aquisição da Embraer pela Boeing foi o sinal de que a burguesia e os militares já não preservam o conceito de ramos estratégicos para a economia e a soberania do Brasil. O ponto que distingue a diretriz de Bolsonaro, no entanto, é a indicação de que seguirá o curso da guerra comercial, do intervencionismo e da maior militarização das re-

lações mundiais, impulsionadas pelo trumpismo. Mesmo os velhos liberais da burguesia ficaram surpresos com tamanha clareza da decisão de encadear o Brasil à guerra comercial decretada pelos Estados Unidos. Significa que o governo de um País semicolonial – o Brasil não superou e não superará sua condição de país de economia atrasada e semicolonial no âmbito do capitalismo – assume o nacionalismo imperialista, que, levado às últimas consequências, conduz ao fascismo. Esse alinhamento já está provocando temores em setores da burguesia latino-americana, quanto à ambição da burguesia brasileira de se sobrepor no Continente, apoiada na política imperialista dos Estados Unidos. Antes mesmo de Bolsonaro sentar na cadeira presidencial, seu ministro da Economia, Paulo Guedes, provocou apreensão quanto ao destino do Mercosul. Trump recebeu a vitória de Bolsonaro como um fator muito importante para apertar o cerco em torno à Venezuela, principalmente. País esse da América do Sul que detém a maior reserva mundial de petróleo, de alta qualidade. O nacionalismo burguês, defensivo dos países semicoloniais, deve ser varrido e imposto o nacionalismo imperialista dos Estados Unidos, configurado na bandeira “*América em Primeiro Lugar*”. Não por acaso, a Venezuela se tornou o ponto mais alto do choque do imperialismo norte-americano com o nacional-reformismo, hoje despedaçado pela crise econômica mundial. Não é tolerável que o petróleo esteja sob o controle estatal da semicolônia, ainda que na forma de associação com as petroleiras. Um dos motivos do apoio imperialista à derrubada do governo do PT foi o de ter almejado o monopólio do pré-sal. Tanto é que uma das primeiras medidas da ditadura civil de Temer foi a de modificar os critérios de leilão das bacias petrolíferas. As Forças Armadas brasileiras, segundo esse alinhamento, devem se colocar sob a estratégia internacional dos Estados Unidos, nas condições de guerra comercial, que potencia as tendências bélicas mundiais. A entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos estabelecerá um vínculo até então evitado pelo Brasil. Não é de hoje que o Pentágono pressiona a burguesia brasileira e as Forças Armadas a transformarem a Base de Alcântara em solo norte-americano. Há um interesse, também estratégico, de as multinacionais tomarem conta das reservas de urânio e nióbio. Em última instância, trata-se do império do capital financeiro, que caracteriza a época do capitalismo imperialista.

22. O governo pró-imperialista atribui ao protecionismo e ao estatismo o baixo crescimento do País. Responsabiliza, também, os gastos com a Previdência, a folha de pagamento do funcionalismo, os dispêndios com áreas sociais (saúde, educação, serviços). Armou-se uma campanha sistemática de que os gastos com a Previdência é um desvio de recurso, que compromete o orçamento da União. Ao seu lado, haveria também de quebrar a estabilidade dos servidores públicos e arrochar os salários. De quando em quando, os governos fazem alterações nas regras da Previdência, dificultando os trabalhadores mais explorados a se aposentarem, e empurrando camadas da classe média para a Previdência complementar e capitalização. Gradualmente, têm-se varrido conquistas que representavam proteção elementar ao assalariado. O plano Guedes é mais ambicioso e ofensivo. Pretende destruir o sistema previdenciário estatal e colocar em seu lugar o sistema de capitalização pri-

vado. Recorre ao exemplo do modelo chileno, imposto pela ditadura de Pinochet, que infelicitou as massas do País. Observa-se que a alta burocracia do Estado (juizes, parlamentares, militares, etc.) nunca foi atingida pelas inúmeras reformas da Previdência. É preciso ter em vista que as mudanças graduais vão levando, pouco a pouco, ao sistema de capitalização. Os banqueiros têm alto interesse nesse tipo de Previdência, uma vez que retira o controle do Estado sobre bilionários fundos. O fator que realmente provoca um rombo no orçamento nunca aparece nas contas dos governos. Trata-se da gigantesca dívida pública, que alimenta um amplo parasitismo de investidores, que especulam com os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. A canalização de uma considerável parcela da mais-valia para essa atividade restringe, enormemente, a capacidade de investimento do Estado na economia. Nos países semicoloniais, de economia atrasada, a intervenção estatal é imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas. É o que se verifica no processo de industrialização do Brasil. O parasitismo financeiro é, sem dúvida, um dos elementos decisivos da inércia que atravessa a economia. A política de descarregar a crise sobre as massas agrava as tendências da estagnação, ao invés de amenizá-las. Ao lado disso, a tese de que as dificuldades de crescimento se devem, entre outras coisas, à falta de maior integração do Brasil na economia mundial – seus defensores referem-se insistentemente às “cadeias produtivas” – não passa de uma falsificação. O Brasil, há muito, está amplamente vinculado à economia mundial como país agroexportador e fornecedor de matérias-primas (commodities). Em grande parte, seu sistema industrial se assenta nos monopólios internacionais, inclusive na agroindústria. Na realidade, o que os ultraliberais planejam é abrir ainda mais o mercado interno, em resposta às poderosas pressões das potências industriais, que se veem diante da volumosa crise de superprodução. As forças produtivas internas não irão avançar, pelo contrário, serão ainda mais atravancadas com o maior impulso ao processo de desindustrialização, já bastante evidente. Foi graças ao estatismo e ao protecionismo que o Brasil pôde utilizar seus abundantes recursos naturais para implantar sua industrialização, embora sem poder resolver seu atraso, os desequilíbrios regionais e a pobreza das massas. A constituição de um governo que sintetiza as teses pró-imperialistas do desenvolvimento econômico tão somente está indicando que a burguesia nacional já não tem como se valer do estatismo e do protecionismo, uma vez que se acha comprometida até a medula com a enorme dívida pública e amplamente entrelaçada com o capital financeiro internacional. É nessa situação que se coloca, à luz do dia, o programa de expropriação do grande capital, de não pagamento da dívida e estatização do capital financeiro, como condição para destravar as forças produtivas, resolver as tarefas democráticas pendentes e eliminar a miséria crônica que sacrifica a maioria oprimida.

23. O oitavo governo do período da democratização expressa um retrocesso em todos os aspectos da vida nacional. Foi necessário um golpe de Estado para realinhar as frações burguesas em torno à política francamente pró-imperialista. A vitória de Bolsonaro se distingue pelo fato da maior parte dos explorados ser arrastada eleitoralmente para a candidatura da ultradireita. Temer foi rechaçado, desde o início, e concluiu

seu governo sem conseguir reverter a reprovação da imensa maioria. Bolsonaro é produto do golpe, mas as massas não o veem assim. O que quer dizer que terá a seu favor, por algum tempo, as ilusões democráticas, que, desta vez, foram alimentadas por uma nova polarização política, antes travada pelo PSDB e PT. A desmoralização do PSDB deu lugar à emergência de uma força que se valeu dos temores da classe média. O fato do PT ter conseguido disputar o segundo turno e obter uma significativa votação o coloca como principal opositor. Pesará em seus ombros a sua conduta diante do governo militarista. Inicialmente, Bolsonaro contará com o apoio das mais importantes frações burguesas, e assim poderá arregimentar o Congresso Nacional. O PT, nessas condições, estará premido pelo isolamento, e tenderá a se adaptar à espera do surgimento das primeiras fissuras no governo. O pronunciamento do presidente da CUT de que fará “*oposição propositiva*” assinala a disposição do nacional-reformismo de evitar mobilizações que afrontem o governo. Essa tendência, no entanto, depende muito de como os explorados reagirão diante dos primeiros ataques já previstos, como o da Previdência. Essa é a possibilidade mais claramente colocada pela situação, após a derrota do PT. É preciso ir verificando a concretização ou não desse prognóstico para responder a cada passo dos bolsonaristas. Algumas tarefas já aparecem mais definidas: 1) armar a campanha contra a reforma da Previdência e os ataques ao funcionalismo; 2) enfrentar a implantação da reforma trabalhista e a terceirização; 3) defender a plataforma de liberdades democráticas; 4) organizar o movimento anti-imperialista. Esses quatro pontos se desdobram em um programa de reivindicações de defesa da vida das massas e da independência nacional. De um lado, coloca-se o enfrentamento com o governo ditatorial; de outro, com a política de conciliação de classes do PT e aliados. A aplicação de uma tática correta permitirá à vanguarda ajudar a classe operária, camponeses, demais explorados e juventude a superarem as ilusões no novo governo, e a divisão provocada pela polarização eleitoral. A tática correta é aquela que leva à unidade do proletariado e da maioria oprimida contra a burguesia e seu Estado; que conduz à organização independente dos explorados. A sua justeza depende da compreensão das tendências objetivas da crise econômica e política. O programa econômico de Guedes porá na ordem do dia a luta anti-imperialista. A tática da frente única anti-imperialista é a que melhor responde às mudanças que virão, uma vez que pressupõe um programa revolucionário e a direção política do proletariado. O problema está em que o PT, aliados e burocracia sindical em geral serão os principais obstáculos à sua organização. Está aí por que uma das tarefas é a de combater a tática burguesa e pequeno-burguesa da frente democrática, que se opõe à frente única anti-imperialista. A fração minoritária, que levanta a bandeira de frente única de luta e denuncia a conciliação de classes, tende a se adaptar, ao final das contas, às pressões democratizantes do nacional-reformismo. Essa fração está no campo do centrismo, que ora oscila entre a política do proletariado e da pequena burguesia. Coloca-se no campo do proletariado quando defende suas reivindicações econômicas e anti-imperialistas e, no da pequena burguesia, quando segue estrategicamente a via do democratismo. No momento, a defesa da constituição de uma frente de esquerda para com-

bater a colaboração de classes, defender as reivindicações das massas, e opor à ofensiva pró-imperialista do governo auxilia na tarefa de propaganda e agitação da frente única anti-imperialista. Esse chamado tático ao centrismo não se opõe à defesa da frente única de luta, como a que foi constituída em março e abril de 2017. Tudo indica que os explorados voltarão à luta e se chocarão com o governo militarista a partir de suas reivindicações mais elementares. A tática da frente única de luta mantém toda sua vigência.

24. A cada situação de agravamento da crise econômica e política vem à tona o problema da crise de direção. A ausência de uma fração revolucionária no seio do proletariado impossibilita transformar o programa em guia das lutas. Os explorados se batem constantemente, por muitos motivos, contra a exploração e a opressão de classe. Ora contra as reformas do governo, ora contra o rebaixamento salarial, ora contra as demissões, ora contra a precariedade da saúde, ora contra a falta de moradias, ora pelo acesso à terra, etc. A luta de classes é uma constante, mas, atomizada e desorganizada, não se transforma em combate aos capitalistas e seu Estado. A política do reformismo e a ação da burocracia sindical constituem uma trava à unificação dos inúmeros movimentos e mobilizações em torno a um programa comum, que se dirige contra as fontes de exploração e opressão política. A greve geral de 28 de abril de 2017 revelou a força dos assalariados, tendo à frente a classe operária. As massas tendem a confiar em suas forças, quando o movimento ganha grandes proporções e unidade. Sabem, por experiência, que as lutas isoladas são mais facilmente derrotadas. Não é de hoje que os ideólogos e porta-vozes da burguesia insistem na tese de que a classe operária está a caminho da extinção, e que a modernização capitalista, com suas novas tecnologias, modificou as relações trabalhistas a tal ponto que se individualizou o trabalho. O que quer dizer que se chega ao absurdo de se afirmar que a produção social já não é a base de funcionamento do capitalismo. Atribuir à tecnologia, por si só, o poder de modificar as leis históricas, e substituí-las por outras, que sequer se sabe quais são, é uma impostura vulgar. Há, no entanto, aqueles que sustentam a ideia de que o proletariado foi dissolvido nas massas populares. É impressionante como a esquerda, que se diz marxista, vem adaptando-se a essa falsificação da realidade, substituindo o conceito de proletariado e classe operária pelo de classe trabalhadora e classes trabalhadoras. A burguesia necessita, de quando em quando, atacar os fundamentos do socialismo científico, diminuindo o lugar da classe operária como força motriz das transformações. A pequena burguesia ativista se encanta com tais artimanhas, e procura dar resposta a elas. O reformismo petista teve e tem grande importância em divulgar a ideologia burguesa do fim da classe operária. A crise de direção favorece a assimilação de tais imposturas. É importante ter claro a ação de correntes que acabam servindo de canal de transmissão dessas formas ideológicas, que mascaram a decomposição do capitalismo e a tendência do proletariado a se erguer como força revolucionária da sociedade.
25. O reformismo se ergue como um poderoso obstáculo entre a classe operária e a vanguarda, que trabalha para construir o partido marxista-leninista-trotskyista. É preciso também assinalar o papel do centrismo, que, em nome do socialis-

mo, desvia um importante contingente da vanguarda para o oportunismo, o que retarda a compreensão do programa da revolução proletária. A experiência com o golpe de Estado de 2016, com a ditadura civil e, finalmente, com a eleição de Bolsonaro traz importantes lições nesse sentido. O impulso do movimento de março e abril de 2017, que colocou o proletariado como força motriz do combate às reformas de Temer, e o desmonte da greve geral de 28 de abril, puseram à luz do dia o problema fundamental da luta das massas, que é o da estratégia de poder e da tática correspondente. O PT e aliados desviaram o curso da luta de classes para a estratégia burguesa de resolver a crise política por meio da eleição de um novo presidente da República. A bandeira de eleições presidenciais para reconstituir a legitimidade do governo interrompeu os passos iniciais da classe operária em liderar a maioria oprimida em sua resistência ao programa de ataque à suas vidas. O centrismo se mostrou incapaz de reagir a essa linha de submissão à democracia burguesa, e acabou se submetendo à estratégia do reformismo de reconstituição da democracia pela via das eleições. Em nada muda essa adaptação, o fato de substituir a bandeira petista de eleições presidenciais pela bandeira de eleições gerais. Há um vínculo indissolúvel entre esses acontecimentos e a emergência da candidatura da ultradireita. Aí está a explicação por que a esquerda centrista se utilizou da fraude petista em torno à candidatura de Haddad, como se essa estivesse sendo usada pelos explorados contra o fascismo. Esse balanço é de grande importância para entender concretamente a crise mundial de direção a partir de nossas próprias experiências. A ausência do partido revolucionário, nas eleições, com capacidade de influenciar parcelas dos explorados mais avançadas, possibilitou o uso da falsa polarização entre fascismo e antifascismo.

26. .. As massas não puderam compreender que o reformismo decadente era um dos grandes responsáveis pela ultradireita arrastar a maioria da população. O acerto da linha programática e tática do POR, no entanto, não teve como se converter em um fator de avanço da consciência de classes de uma fração do proletariado. O que expressa de maneira contundente a dificuldade de superar a crise de direção. O fortalecimento do partido-programa no seio da classe operária é a tarefa que se destaca, diante do avanço da política reacionária da burguesia nacional. Há que trabalhar intensamente junto à vanguarda, defendendo e explicando diariamente o programa da revolução proletária, a estratégia do governo operário e camponês, as tarefas democráticas não cumpridas pelo capitalismo semi-colonial, e colocando-se à frente da luta pelas reivindicações mais elementares dos explorados. A luta pela superação da crise de direção é mundial, embora se expresse concretamente em cada país, com suas particularidades. A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista guia o trabalho de pôr em pé o partido marxista no Brasil. Estamos obrigados a empenharmo-nos o máximo possível para potenciar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O avanço da reação pró-imperialista sobre a América Latina ganha proporções ainda maiores. Pode-se prever o agravamento da luta de classes. O programa de Estados Unidos Socialistas da América Latina se tornará mais e mais visível, de acordo com a situação mundial de desintegração do capitalismo.

Tendo por base a Resolução Nacional da IV Conferência Regional do POR e a discussão da direção do Comitê de Enlace, foram aprovadas as seguintes resoluções:

Pela Libertação de Lula Pela constituição de um tribunal popular

A constituição do governo Bolsonaro, baseada em uma camarilha militar claramente vinculada ao imperialismo norte-americano, e em uma facção ultradireitista da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público, evidenciou, com maior clareza ainda, o caráter arbitrário e autoritário da prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A cassação de seus direitos políticos foi decisiva para a ascensão e vitória de Bolsonaro. De forma que somente na aparência as eleições presidenciais foram democráticas. A exclusão forçada de Lula, que, reconhecidamente, liderava as pesquisas eleitorais, se deu por um processo judicial condicionado pelo golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e pelo fim da transição da ditadura civil de Temer. É indisfarçável reconhecer que o aparato judicial foi colocado a serviço da frente burguesa que promoveu o golpe para assegurar sua continuidade. Por trás dessa estratégia de poder, estiveram as Forças Armadas. O que potenciou suas ações para retomar a influência política no Estado, influência essa instituída pelo golpe militar de 1964.

O objetivo central foi o de alijar o PT e impedir a qualquer custo que voltasse ao poder pela via das eleições. A prisão de Lula constituiu a garantia de que essa possibilidade ficasse afastada. Mesmo do cárcere, a influência de Lula fez com que o candidato Haddad chegasse ao segundo turno, estremecendo a candidatura fascizante de Bolsonaro. Todo aparato da burguesia, com destaque ao das igrejas evangélicas, se concentrou, finalmente, no objetivo de vencer os explorados a apoiar a candidatura da ultradireita.

A movimentação, que vai do golpe de Estado à prisão de Lula, esteve encabeçada pelo capital financeiro, pelos monopólios, pela agroindústria e pelos velhos latifúndios, sob a diretriz do imperialismo de promover a derrocada dos governos nacional-reformistas na América Latina. A prisão de Lula, sem resistência do PT, da CUT, do MST e aliados, selou a vitória da frente burguesa antidemocrática, que se armou desde a derrota da candidatura de Aécio Neves para Dilma Rousseff. Indicou, por outro lado, a subserviência do nacional-reformismo à democracia oligárquica em decomposição.

O PT e Lula, em dúvida, se corromperam na política burguesa, trilhando um caminho sem volta. O seu apodrecimento, no entanto, não justifica o golpe de Estado e a prisão de Lula pelas frações burguesas dominantes e submetidas aos ditames do imperialismo. A reação conseguiu convencer uma importante parcela dos

explorados de que a corrupção era a real causa da expulsão do PT do poder. Essa campanha fraudulenta, em grande medida, serviu para potenciar a ultradireita e, inclusive, para enfraquecer provisoriamente a direita tradicional.

Lula permanece preso, ainda, por força das pressões militares. As duas resoluções judiciais que levavam à sua soltura, emitidas por Rogério Fravreto, um juiz plantonista no 4º Tribunal de Porto Alegre (RS), e pelo ministro Marco Aurélio Mello (do STF), foram revogadas; a primeira sob chantagem direta do então comandante do Exército, general Villas-Bôas, e a segunda por uma resolução tomada a partir de uma reunião dos comandantes militares, comandadas pelo mesmo general, e obedecidas incontinenti pelo presidente do STF, Dias Toffoli.

A manutenção da prisão do ex-presidente é parte da política de Bolsonaro, que correu a entregar um dos ministérios importantes ao juiz Moro. Aumenta ainda mais a importância da luta democrática pela libertação de Lula. Agora, como um meio de combate ao governo ditatorial. Os escândalos prematuros de corrupção, atingindo o filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e Onyx Lorenzoni, uma das figuras de proa do bolsonarismo, já se encarregaram de mostrar que a moralidade pequeno-burguesa, religiosa, não passa de uma máscara ao gangsterismo. Em particular, a suspeita de que Flávio Bolsonaro está ligado às milícias é mais do que suficiente para que o ministro Moro interviesse com o mesmo ímpeto de suas ações contra o PT. Ao contrário, o governo vem agindo no sentido de diminuir a importância das revelações do Coaf e enterrá-las. Esse acontecimento reforça a denúncia de que o aparato judicial fez uma triagem quando se tratou do PT.

Os crimes políticos dos partidos da burguesia são tratados de acordo com os interesses de classe e das disputas no seio do poder do Estado. É fundamental expor aos olhos dos explorados as manobras do aparato burguês em torno à corrupção. A classe operária tem respostas próprias, portanto, também de classe. Começa por denunciar que nenhuma justiça e nenhum tribunal burguês irão, de fato, combater a corrupção e punir seus principais agentes. Conclui que somente um tribunal popular, criado pelas massas em luta e sob a direção da política revolucionária do proletariado, pode apurar e punir os crimes da burguesia. É sob essa linha que as Conferências Regionais do POR mantêm a bandeira de libertação imediata a Lula. E retoma a defesa do tribunal popular.

Pela independência nacional Abaixo o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro

O golpe de Estado de 2016 e a constituição do governo da ultradireita de Bolsonaro foram engendrados pelas forças burguesas internas, porém sob a influência e pressão do imperialismo norte-americano. Está claríssimo o vínculo entre a derrubada do governo petista, a instituição da ditadura civil de Temer e a entrega do poder pela via eleitoral a uma tendência militarista e fascizante. O mesmo se verifica com a decomposição da democracia oligárquica, reconstituída depois de duas décadas de ditadura militar.

Há que evidenciar, porém, o lugar e o peso do imperialismo, em especial norte-americano. Não por acaso, as forças que promoveram e comandaram a candidatura de Bolsonaro declararam constituir um governo incondicionalmente alinhado ao governo de Trump. Há uma virada significativa na política de dependência do Brasil ao imperialismo. Abandona-se a diretriz de alinhar-se “pragmaticamente” a esta ou aquela fração da burguesia mundial. Bolsonaro, ao perfilar o Brasil por trás de Trump, segue a

guerra comercial desencadeada pela potência hegemônica.

Sob a ofensiva norte-americana, desenvolvem-se as tendências bélicas. O confronto dos Estados Unidos com a China expõe a profundidade da crise mundial, que persiste há mais de uma década. Ou a burocracia do Partido Comunista Chinês abre caminho para a política de Trump, de forma a amenizar, ainda que provisoriamente, as tensões mundiais, ou se potencializará a possibilidade de uma conflagração. A burguesia européia se encontra em meio a esse choque, deve ceder às exigências dos Estados Unidos e se alinhar contra a China, promovendo inclusive os preparativos militares.

A mudança de estratégia mundial, com a substituição do “multilateralismo” pelo “unilateralismo”, ocorre após o fracasso das potências em resolver a superprodução, o agigantamento do parasitismo financeiro e a tendência de queda da taxa média de lucro dos monopólios. A destruição de importante parcela de forças produtivas por meio da recessão não foi suficiente para reiniciar um novo ciclo de crescimento mundial. É preciso que a burguesia vá mais a fundo. Essa contradição estrutural obriga o imperialismo a recrudescer o saque dos países semicoloniais. Suas fronteiras devem se abrir, retirando todas as travas de proteção. As dívidas públicas são utilizadas como instrumentos para se arrancar mais concessão ao capital financeiro. O curso da política de Trump, portanto, é ditado por tais condições objetivas.

Não é de hoje que o Brasil vem sendo arrastado por essa corrente mundial que expressa a desintegração do capitalismo após a

Segunda Guerra Mundial. O País tem pagado caro pela incapacidade da burguesia nacional de garantir a sua independência. Em especial, a classe operária, os camponeses e os demais explorados arcam com os desastres nacionais e internacionais do capitalismo. Agora, a situação se agrava com a nova ofensiva do imperialismo norte-americano.

O alinhamento com Trump tem um grande alcance na América Latina. O Brasil passou a servir de pivô para a unificação da burguesia no continente. A ofensiva para derrubar o governo da Venezuela é apenas um passo para perfilar a América Latina em torno à guerra comercial norte-americana e ao objetivo específico de barrar a penetração do capital chinês em suas fronteiras.

As nações oprimidas e, respectivamente, as massas exploradas, portanto, estão diante de uma virada de grande envergadura. Coloca-se em primeiro plano a luta anti-imperialista, como parte e expressão do programa da revolução proletária. A classe operária está diante da tarefa de defender a independência nacional. Tudo indica que esse combate começa por enfrentar o governo militarista, fascistizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

A Conferência se coloca por uma campanha baseada no programa proletário de ruptura do país oprimido com o imperialismo opressor. Coloca-se por trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista. Coloca-se por uma plataforma de defesa das antigas conquistas da classe operária e da vida da maioria nacional oprimida. Coloca-se de derrubada revolucionária do governo ditatorial de Bolsonaro.

Resolução São Paulo

1. Na região Sudeste, a classe operária está mais desenvolvida e concentrada. Reflete, portanto, mais amplamente a crise econômica e o processo de desintegração do capitalismo. A recessão dos anos de 2015 e 2016 resultou em maciça destruição de postos de trabalho na indústria, construção civil e serviços. As taxas de desemprego e subemprego impulsionaram a pobreza e a miséria dos explorados. Observa-se o crescimento de famílias sem-teto, favelas, moradores de rua e pedintes. Agravou-se a disseminação das drogas. É exemplificativa a incapacidade dos governos do estado e da prefeitura de resolverem a situação calamitosa da Cracolândia. A decomposição social, inevitavelmente, impulsiona a criminalidade, de um lado, e a violência policial, de outro. As altas taxas de assassinatos indicam que, nos grandes centros urbanos, tendo à frente São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolve-se uma guerra civil. Os estados mais ricos do Sudeste e que detêm o comando geral das forças produtivas nacionais, não apenas se mostram incapazes de deter a barbárie social, como a impulsionam.
2. O fechamento de milhões de postos de trabalho, em praticamente dois anos, expressou a tendência do capitalismo mundial de destruir forças produtivas. A sua manifestação no Brasil atingiu, em grandes proporções, a indústria. Nos ramos mais monopolizados, as multinacionais impulsionaram significativas mudanças nas relações de trabalho, que já vinham sendo praticadas antes da crise de 2008. Os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, gestados na Grande São Paulo, prepararam o caminho para a completa implantação da terceirização e destruição da CLT pela reforma trabalhista. A capitulação da burocracia sindical, tanto de direita como de esquerda, facilitou as manobras do grande capital, altamente concentrado no Sudeste, em seu ataque à classe operária em nível nacional.
3. O Sudeste, chefiado pelo estado de São Paulo, foi o principal responsável pelo golpe de Estado e a instalação da ditadura civil de Temer. A sua fração industrial estava, em especial, interessada na reforma trabalhista; a fração representada pelo capital financeiro exigia o ajuste fiscal e a reforma da Previdência. O peso da força de trabalho e os gastos com a aposentadoria constituiriam o denominado “custo Brasil”. Há algum tempo, essas frações dominantes vinham fazendo campanha de responsabilização dos gastos com a folha de pagamento e com a Previdência, certamente, acrescida dos obstáculos referentes à infraestrutura. O precipício da crise econômica possibilitou aos estados mais poderosas da federação, portanto, do Sudeste e Sul, viabilizarem a frente golpista, que derrubou o governo do PT.
4. Desde 1982, quando se retomaram as eleições diretas para governadores, como parte da redemocratização, o PMDB e o PSDB passaram a controlar o governo do Estado de São Paulo. O PT nunca conseguiu quebrar essa hegemonia, apesar de ter alcançado a prefeitura da capital por três vezes. O PSDB dirige o estado por 24 anos, e acaba de eleger seu novo governador. Lembremos que esse partido é produto de uma cisão do PMDB, em 1988. As principais frações da burguesia paulista transitaram entre esses dois partidos. Consta-se, porém, que o PSDB foi que melhor galvanizou seus interesses regionais e nacionais. Estendeu-se como força política nacional, com o impeachment de Collor. A conquista da presidência da Repú-

- blica permitiu-lhe implantar uma política econômica que se opunha à antiga tradição nacionalista, e que impulsionou o curso de reformas desnacionalizadoras, desestatizantes e de ataque às conquistas da classe operária. A cisão com o PMDB se apoiou, em grande medida, nas necessidades do grande capital nacional e internacional, que constituem a base da industrialização e da alta concentração do capital financeiro. Já não era possível combinar politicamente os interesses da velha oligarquia regional com a nova oligarquia, enraizada no Sudeste, principalmente. A potenciação da classe média consumidora serviu ao PSDB de base social de massa. A chamada política modernizadora, que, como tal, se distinguia da política das oligarquias conservadoras, dependentes do Estado, encarnava, assim, as pressões do grande capital nacional e internacional, entrelaçados no sentido de romper elos históricos com o passado, e abrir uma nova etapa liberalizante. O PSDB postulou-se, portanto, como um partido socialdemocrata, adaptado às condições semicoloniais do Brasil. Precisamente por essas condições, foi caminhando para posições antidemocráticas e direitistas. Consolidou-se como um partido francamente antinacional e antipopular.
5. É sintomático o fato do PSDB servir à ditadura civil de Temer, conduzida pelo MDB. O partido mais vinculado à velha oligarquia acabou aplicando o programa da moderna oligarquia financeira. Nas condições de profunda crise econômica, acabam predominando os interesses e a política do grande capital que, como vimos, se acha concentrado no Sudeste. Não há nada anormal no fato do MDB compor a frente golpista e servir, em última instância, ao imperialismo. E do PSDB, por sua vez, se unir ao MDB em torno a um governo usurpador. Ficou claro que o PSDB não poderia liderar o golpe, embora fosse seu principal protagonista. Obrigatoriamente, se colocou a aliança entre frações da burguesia oligárquica, que transcendia o Sudeste e Sul. A defenestração do governo petista foi a derrota também de setores oligárquicos, principalmente do Nordeste. O fundamental está em que o governo do PSDB de São Paulo acabou sendo decisivo para a conclusão do golpe de Estado, mas tendo de ceder o poder ao MDB. Na ampla aliança frentista, o PSDB constituiu uma peça chave para a governabilidade, estremeçada pelos escândalos de corrupção envolvendo Temer, e uma das figuras mais importantes do próprio PSDB, que é Aécio Neves.
6. É visível a contribuição do PSDB para a vitória de Jair Bolsonaro. Os candidatos aos governos de São Paulo e Rio Grande do Sul se destacaram como cabos eleitorais da ultradireita. Em São Paulo, João Doria vinculou a sua vitória à de Bolsonaro. O candidato à presidência da República do PSDB, preferido do grande capital, foi descaradamente sabotado. Abandonado à sua própria sorte, a candidatura de Alckmin naufragou. O governador do estado mais poderoso da federação ficou aquém de Ciro Gomes, PDT. João Doria, por seu turno, quase perdeu as eleições para o inexpressivo candidato do PSB, um partido sem raiz na burguesia paulista e na classe média. Observa-se que anos a fio de ataque ao funcionalismo, precarização da saúde e educação, fortalecimento do Estado-policial, e violenta repressão aos movimentos foram revelando o caráter reacionário do peessedebismo. As camadas populares e setores da classe média, fundamentalmente da capital, que

permitiram a hegemonia do PSDB por tanto tempo, mostraram-se cansadas ao ponto de um importante contingente se deslocar para o PSB. A política de João Doria se chocará ainda mais com os pobres e com camadas da classe média, que já não podem sustentar os níveis anteriores de consumo.

7. Doria deixou claro que seu governo é de direita e que, como tal, será um dos pilares da governabilidade de Bolsonaro. O PSDB deverá se adaptar à nova realidade política do País. Terá de renunciar ao democratismo, que lhe serviu ao arranjo partidário pós ditadura militar. Não se podem aplicar os planos e as diretrizes ditadas pelo grande capital e pelo imperialismo, em momentos de crise, conservando o verniz democrático e aturando a política de conciliação de classes, encarnada pelo petismo. A utilização da classe média para gestar e promover o golpe de Estado empurrou o PSDB ainda mais à direita, abrigando setores que desfraldavam abertamente a bandeira de volta dos militares ao poder. As vozes da reação na Av. Paulista ecoaram por todo o País. No entanto, não foi nem o PSDB, nem o MDB, que canalizou o deslocamento da maioria dos explorados para as eleições que coroavam o fim da transição da ditadura civil de Temer. É bem provável que o apoio ao governo ditatorial, militarista e obscurantista de Bolsonaro aprofundará a crise dos partidos históricos da burguesia.
8. O governador de São Paulo objetiva definir o PSDB como partido que aglutinará as frações oligárquicas, sob a condução do capital financeiro e dos monopólios. Tem claro que o governo Bolsonaro ainda terá de mostrar até onde a circunstancial força eleitoral se traduzirá em capacidade de impor as brutais reformas contra as massas, começando pelo ataque à Previdência. São Paulo, desde que tomou a dianteira no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, principalmente a partir da década de 1920, potenciou sua capacidade de decidir sobre o curso da economia e da política do País. As sucessivas crises econômicas foram bem aproveitadas para o fortalecimento das mais poderosas frações da burguesia paulista. Na atualidade, estados do Sudeste, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, se acham em declínio. O Rio de Janeiro, em particular, sintetiza a decomposição do capitalismo no Brasil. A intervenção militar decretada por Temer nesse estado indica o grau de degenerescência política, econômica e social. O que significa que as frações capitalistas do Sudeste passam a ter maior dependência da hegemonia das frações paulistas. O que retrata o caráter oligárquico da burguesia nacional. Doria venceu Skaf, o candidato ligado à indústria, ou seja, derrotou o MDB. Imediatamente, trouxe para seu governo Henrique Meirelles, ex-ministro de Temer, candidato do MDB derrotado nas presidenciais e homem do capital financeiro. Ainda está por se colocar em pé um partido ultradireitista, uma vez que o PSL não passa de uma sigla. Nesse sentido, Doria defende que o PSDB, para não desaparecer, deve assumir claramente um programa e uma feição de direita.
9. O PT, não só não se tornou um perigoso adversário do PSDB no estado de São Paulo, como perdeu força. A sua derrota no ABC é o sintoma mais visível da perda de capacidade eleitoral. Em 2010, a candidatura do PT ao governo do estado obteve mais de 35% dos votos, o que refletiu o desempenho de Lula na presidência. A partir daí, a queda foi sistemática, ao ponto de, nas últimas eleições, Luiz Marinho alcançar ape-

- nas 12,6%. É bom indicar que, nesse caso, a influência de Lula não ajudou o candidato petista. Ocorre que o escândalo de corrupção, o impeachment, a prisão de Lula e a mobilização da classe média pela direita desmoronaram o PT no estado. Em Minas Gerais, o governador petista não conseguiu se re-eleger – abriu caminho para uma candidatura bolsonarista –, e o PT saiu seriamente golpeado. No Sudeste, Minas Gerais constituía uma trincheira, cavada sobre os escombros do PSDB. Agora, com a queda, o PT se tornou uma força política descendente em todo o Sudeste. O reformismo não teve como se agigantar nas regiões e estados em que se concentram o desenvolvimento capitalista, as profundas contradições sociais e o antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Não conseguiu romper a camisa de força da fração burguesa dominante e da alta classe média, que acabaram canalizando a maioria oprimida para a política dos partidos burgueses tradicionais.
10. A disputa no segundo turno deu a impressão de que o PT recuperou terreno no Sudeste, graças ao deslocamento de uma ampla camada dos explorados no último momento. O fato é que a candidatura da ultradireita alarmou os setores mais esclarecidos da classe média. A sombra do fascismo atemorizou até mesmo as bases sociais dos partidos burgueses, a exemplo do próprio PSDB. O imenso contingente do voto nordestino mostrou que o reformismo tomou corpo nas regiões em que o capitalismo se mantém em atraso. As frações oligárquicas continuam influenciando a política nacional, mas subordinadas às diretrizes das frações dominantes do Sudeste. A explicação está em que o reformismo petista se limitou à distribuição orçamentária e ao assistencialismo. O governo de Lula, principalmente, atendeu a muitos reclamos da oligarquia nordestina, que se traduziu em política de governadores e prefeitos. O atraso das forças produtivas nessa vasta região, que ficou impossibilitada de se industrializar, cedendo lugar ao Sudeste, suscita planos e diretrizes para reduzir as distâncias econômicas e sociais e, assim, resolver o problema histórico dos desequilíbrios regionais. A unidade nacional foi assegurada pela via do desenvolvimento desigual e combinado. O Estado, centralizado autoritariamente pelas frações capitalistas do Sudeste, garantiu a subordinação do restante do País. É obrigatório assinalar que essa subordinação expressa estruturalmente o entrelaçamento do grande capital nacional com o capital imperialista. O PT reanimou a esperança de impulsionar as forças produtivas nas regiões atrasadas pela via do distributivismo e dos programas, como o PAC. O seu fracasso evidenciou a contrariedade do capital concentrado no estado de São Paulo. Ao capital financeiro, acima de tudo, está a dívida pública e os ganhos parasitários. O PT não encabeçou um movimento de reformas em favor da classe operária e do campesinato. Sua burocracia sindical auxiliou aos monopólios a implantarem a flexibilização capitalista do trabalho e destruírem direitos. É clara a impostura de sua reforma agrária. De forma que se limitou a responder aos interesses da oligarquia nordestina, mesmo assim, procurando não se chocar com a fração dominante do Sudeste.
 11. De um governo do PT, que se propunha realizar reformas democráticas e populares, regido por uma aliança com frações e setores da burguesia, houve um salto para governos francamente pró-imperialistas, como os de Temer e Bolsonaro, vol-

- tados inteiramente a impor as contrarreformas. O capitalismo em decomposição, de fato, não permite reformas progressivas. Se não há reformas progressivas, obrigatoriamente, há reformas regressivas, isto é, contrarreformas. Qualquer reforma que impulsione as forças produtivas, e reduza os desequilíbrios regionais, bem como favoreça a maioria oprimida, sem dúvida, atinge os monopólios e os interesses do capital financeiro, do imperialismo. É o que explica, não só o fracasso do PT, como sua subserviência à burguesia. A sua burocracia sindical, enraizada no Estado de São Paulo, traçou a política de ceder pouco a pouco aos ataques do patronato, sob o argumento de que é melhor uma saída negociada do que uma greve derrotada. Esse derrotismo pró-burguês criou uma grande desconfiança na classe operária, atravancou sua organização independente e impediu a elevação de sua consciência de classe. O resultado da política de conciliação por meio dos sindicatos, cujo carro chefe tem sido o Sindicato Metalúrgico do ABC, e da política governamental do PT foi a de manter a maioria explorada sob o domínio político e ideológico dos partidos burgueses. O PSDB se valeu dessa contradição. Nesse percurso, preparou-se o terreno para a burguesia impor as contrarreformas. A burocracia sindical sabotou toda iniciativa dos explorados que levava à unidade de classe contra os exploradores. O momento crucial, mais recente, foi o do desmonte da greve geral de 28 de abril de 2017. Ficou patente aos olhos da classe operária e demais explorados que, nem o PT, aliados e a burocracia sindical pretendiam se confrontar com Temer e o Congresso Nacional golpista. Os sindicatos paulistas substituíram a luta contra as reformas da Previdência, trabalhista e a lei da terceirização pelas mobilizações minoritárias em torno à bandeira de eleições diretas. Isso se deu quando se criavam as condições para unir uma ampla camada da classe média em torno ao proletariado. Unidade grevista que se contrapunha à mobilização da direita e à disposição da alta classe média em segui-la. Desfeita essa possibilidade, Temer avançou com as reformas regressivas e armou o caminho para que seu sucessor as continuasse. É nesse quadro que, em São Paulo, Doria derrotou os dirigentes históricos, socialdemocratas, do PSDB, e impôs sua linha direitista.
12. Doria, quando prefeito da capital, se deparou com uma greve dos servidores municipais, que só não foi mais potente porque praticamente se restringiu à educação, em março de 2018. Recuou em seu objetivo de implantar a reforma da Previdência. No entanto, deixou preparado o projeto para seu vice, Bruno Covas. Não se deve esquecer que o prefeito petista Haddad, em 2015, chegou a apresentar um projeto de reforma da Previdência – Sampaprev, retirando-o sob pressão do funcionalismo. O Sampaprev acabou servindo de base para a reforma montada por Doria/Covas. Sob novas circunstâncias políticas, marcadas pela ofensiva geral da ultradireita, o prefeito retomou a ofensiva e aprovou a reforma. As alterações são devastadoras. Instituiu o sistema de previdência complementar e o teto do INSS para os novos servidores, bem como eleva a taxa de contribuição a todos. Essa é apenas uma parte da reforma. Aguarda-se o que fará Bolsonaro para completar o ataque aos servidores municipais. Doria, no comando do estado, se dispôs a liderar uma frente de governadores para apoiar a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes. Tudo

- indica que o Estado de São Paulo e todo o Sudeste exercerão o seu peso na balança da federação para que as contrarreformas bolsonaristas avancem. No Rio de Janeiro, o governador Pezão, antes de ser preso e destituído do cargo, iria enviar o projeto de reforma da Previdência, nos moldes da capitalização. O caminho encontrado pela burguesia para quebrar o sistema de Previdência foi o de ir se implantando nos municípios e estados, onde a resistência é menor. A oposição parlamentar do PT e das esquerdas se mostrou impotente e conivente, por não se colocar categoricamente contra qualquer reforma e contra qualquer negociata. A greve de março, da educação, mostrou o caminho para derrotar a ofensiva das contrarreformas. Nessa luta, ficou claro o papel traidor da burocracia sindical. A ausência da unidade grevista dos servidores municipais se deveu aos bloqueios burocráticos. Além disso, o combate deveria envolver, inclusive, o funcionalismo estadual, que ficou à margem. Não há dúvida de que Doria aproveitará essa fragmentação para tomar a iniciativa decisiva de completar a reforma da Previdência no Estado de São Paulo. O problema da direção dos explorados é mais grave ainda. A reforma da Previdência não diz respeito apenas a estados e municípios, mas ao sistema geral de aposentadoria, que está em vias de ser destruído e substituído pela capitalização. O desmonte da greve geral de 28 de abril de 2017 assinalou para a burguesia e seu governo que a resistência havia sido desarmada. As direções da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, etc. sabem que um amplo e unitário movimento dos explorados à reforma da Previdência os levará a se chocar com o poder do Estado e a agudizar a crise política. É claríssimo que a crise de direção revolucionária é o fator fundamental para a burguesia eliminar antigas conquistas da maioria oprimida.
13. O plano de privatização e desnacionalização da economia é traçado e aprovado pelo governo federal. O que obscurece o papel dos governos estaduais. O Sudeste, porém, está à frente desse processo. São Paulo e Rio de Janeiro agem como carro-chefe das desestatizações e da entrega de empresas e recursos naturais ao capital monopolista. Ao contrário de oferecerem resistência, pressionam o Congresso Nacional e o Executivo a irem fundo no entreguismo. São os estados mais industrializados, detentores do capital financeiro concentrado, e possuidores de gigantescas dívidas públicas, que impõem ao País a política vendilhã, venal e pró-imperialista. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tudo fizeram para que a bacia petrolífera do pré-sal fosse leiloada, sabendo que as petroleiras estrangeiras iriam tomar conta dessa preciosa fonte de energia. Sequer se esboçou uma oposição democrático-burguesa, capaz de organizar um movimento de resistência ao entreguismo. A Bacia de Santos vem passando para o controle da Shell, Chevron, Total, CNOOC, etc. O governo do estado de São Paulo exalta o crescimento da produção de petróleo e gás, de 2010 a 2017, que saltou de pouco mais de 5 milhões de barris para 120 milhões ao ano. Mas, acoberta o fato dessa imensa riqueza ser explorada pelas multinacionais e controlada por elas. O fundamental, porém, está em que a Federação e os sindicatos dos petroleiros não desenvolveram uma campanha nacional contra a desnacionalização do petróleo e a meta de completar a privatização da Petrobras. As ameaças de paralisação e as manifestações pontuais serviram de máscara à impotência da

burocracia sindical. Os aeroportos têm tido o mesmo destino. O que mais chamou atenção e criou polêmica foi a entrega da Embraer à Boeing. Criada em 1953 por Getúlio Vargas, fazia parte de um plano nacional de desenvolvimento da indústria aeronáutica. Sob o governo de Itamar Franco, em 1994, a empresa foi privatizada, porém, mantida sob a influência do governo federal. Abria-se, assim, o caminho para passar às mãos dos monopólios, que controlam a indústria mundial de aviação. É mais um caso em que se comprova a impossibilidade do Brasil semicolonial controlar ramos estratégicos da produção, tecnologia e ciência. Coube à ditadura civil de Temer montar a negociata com a Boeing, e ao governo militarista de Bolsonaro concluir a entrega. A desnacionalização da Embraer evidencia o quanto a burguesia brasileira viola a soberania nacional. O governo de São Paulo e a prefeitura de São José dos Campos pressionaram para que a transação se realizasse. O movimento operário não teve como se lançar à luta contra a desnacionalização da Embraer, uma vez que as direções burocráticas, reformistas, centristas de esquerda e direita não se dispuseram a resistir a mais um dos ataques pró-imperialistas. A tentativa de recorrer à Justiça expôs a incapacidade das direções sindicais de organizar a luta direta da classe operária. A inexistência de um movimento anti-imperialista, organizado desde o proletariado, explica a facilidade com que as frações burguesas, dirigentes do País, vêm impondo as contrarreformas.

14. O processo de estatização dos sindicatos e eliminação da democracia operária é desenvolvido a partir das frações burocráticas, vinculadas aos ramos fundamentais da produção capitalista. Esses se acham concentrados no Sudeste, principalmente. O Estado de São Paulo, por essa razão, tem se constituído como a base de onde nasceu a CUT, e proliferaram as divisões, com a criação de várias centrais. A CUT e a Força Sindical, pode-se dizer, decidem o que se faz e o que se deixa de fazer diante dos ataques sistemáticos da burguesia e de seus governos aos explorados. Não por acaso, controlam os dois mais importantes sindicatos operários do País, o Sindicato Metalúrgico do ABC e o Sindicato Metalúrgico de São Paulo. É nesse quadro que a tentativa de criar artificial e burocraticamente centrais de esquerda, no caso CSP-Conlutas e Intersindical, não fez senão contribuir com o divisionismo. Não foram capazes de se erguerem como canais das lutas operárias, camponesas e populares. O movimento de frente única, de março e abril de 2017, que culminou com a greve geral, se encarregou de mostrar o quanto as demais centrais dependem da CUT e da Força Sindical. A Força Sindical, de onde surgiu o Partido Solidariedade, foi um instrumento do golpe de Estado, embora houvessem divergências internas. A CUT, que recebeu o impacto da derrubada do governo petista, se adaptou à conduta geral da burocracia sindical, e não se dispôs a combater a Força Sindical e seus aliados. De um lado, a Força Sindical passou a negociar a reforma trabalhista com Temer; de outro, a CUT condicionou as lutas à bandeira de eleições diretas e constituição de um governo “legítimo” para negociar as reformas regressivas. É importante compreender que essas duas linhas percorridas pela burocracia sindical determinaram e determinam a conduta geral dos sindicatos e dos movimentos em todo o País. Limitando a capacidade

da classe operária do Sudeste, em especial de São Paulo, se amortece a luta de classes nacionalmente. Onde se concentra o capitalismo mais desenvolvido, concentra-se também a classe operária; onde a burguesia tem maior poder de decisão, a burocracia sindical sufoca a capacidade de decisão da classe operária. A tarefa de quebrar o poder da burocracia e independizar os sindicatos é parte da luta pelo programa de reivindicações mais elementares, e da estratégia própria de poder da classe operária. Nesse sentido, é imprescindível demonstrar aos explorados o quanto a burocracia sindical serve aos métodos da política burguesa, entre eles, o eleitoralismo e o parlamentarismo. A luta pela independência dos sindicatos exige que a classe operária se organize e se eduque com os seus métodos próprios de combate, que vêm da luta de classes. É por esse caminho que os explorados identificarão e romperão com a política de conciliação de classes. É nos centros operários que a luta pela organização independente dos explorados ganha dimensão nacional.

15. A ausência da classe operária organizada dificulta imensamente a luta dos movimentos camponês, popular e estudantil. Reproduzem-se o corporativismo, burocratismo e divisionismo. No Estado de São Paulo, a luta camponesa regrediu ao ponto de perder sua importância para a burguesia. Escasseando as ocupações, os acampamentos se tornaram inofensivos aos latifundiários. Quase não se fala mais dos conflitos do Pontal do Paranapanema, onde se protagonizavam os embates. A direção do MST chegou a se aproximar da política do PSDB para negociar quirelas ao movimento. A maior projeção, no último período, tem sido a do movimento sem-teto. A divisão também é grande, influenciada pelos partidos reformistas, de esquerda, assim como pelas igrejas. Com as ocupações de terrenos e prédios e mobilizações de rua, o MTST se projetou politicamente. Acreditou-se que os explorados estavam diante de um novo tipo de movimento popular. Mas, com a candidatura de Guilherme Boulos à presidência da República, pelo PSOL, se pôs às claras o carrerismo e o oportunismo pequeno-burguês. Também no movimento popular está ausente a política do proletariado de independência de classe. Em outras palavras, o movimento popular vem servindo ao reformismo e ao eleitoralismo. O movimento estudantil tem ficado muito aquém das exigências da crise e dos ataques da burguesia e dos governos à educação. É preciso, porém, destacar em São Paulo as ocupações de escolas pelos secundaristas em resposta ao plano de reorganização escolar do PSDB, nos anos de 2015/2016. O saldo organizativo dessa camada da juventude oprimida não correspondeu à importância das manifestações. Essa contradição expressa a crise de direção revolucionária. A negação da juventude aos partidos em geral e ao partido revolucionário, em particular, reflete a influência da política pequeno-burguesa em seu interior. O movimento secundarista voltou à ativa contra a reforma do ensino médio, BNCC e o projeto “Escola sem Partido”, porém, sem o ímpeto do período das ocupações. No processo eleitoral, as organizações estudantis da USP esboçaram uma reação à candidatura de Bolsonaro e ao projeto “Escola sem Partido”. A orientação eleitoralista não possibilitou uma confluência com o movimento secundarista e, assim, não teve maior transcendência. Há um importante antecedente, que foi

a greve na USP, de 29 de maio a 28 de junho. Vinha-se configurando uma tendência de luta do funcionalismo desde março, expressa em vários movimentos, principalmente na greve dos municipais. Essa tendência também estava presente entre estudantes, funcionários e professores da USP. A tentativa de liquidação do Hospital Universitário, o quadro de precarização das condições de ensino, de permanência estudantil e de arrocho salarial colocaram a unidade dos três setores, que foi comprometida pelo corporativismo das direções reformistas e centristas, e pela procura de um entendimento com a Reitoria, a despeito da luta. Os movimentos camponês, popular e estudantil não só se erguem contra a pobreza e miséria das massas, contra a destruição da escola pública e o obscurantismo, como também impulsionam a luta de classes. No momento em que a classe operária tomar a frente dos combates, esses movimentos dispersos e controlados pelo reformismo alcançarão uma nova dimensão, libertando-se das direções adaptadas ao capitalismo.

16. A experiência comprova a importância de uma correta caracterização do governo e suas mudanças. Somente o POR identificou o governo Temer de ditadura civil. Em São Paulo, nas assembleias, comitês, plenárias, etc., rechaçou a ausência ou as falsas caracterizações. O que implicava a linha política, as bandeiras e o método de luta. Evidenciou que não bastava afirmar que se tratava de um governo golpista. À exceção do PSTU, que não admitiu que o impeachment foi um golpe de Estado, toda esquerda, incluindo o PT, não foi além da denúncia de governo usurpador. De conjunto, se uniram em torno à formulação de governo “ilegítimo”, prendendo-se à formalidade democrática de ser ou não eleito. A implicação desse tipo de caracterização foi que todas vestiram a camisa da legitimidade, pleiteando a volta das eleições. A bandeira de eleições presidenciais ou eleições gerais passava uma borracha no fato do golpe ter cassado mais de 54 milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff. Depois de desmontarem a greve geral, todas as correntes se enfileiraram por trás da bandeira do PT de eleições. Como se vê, foi muito grave desconhecer ou ocultar a natureza ditatorial do governo Temer. A tarefa, ao contrário, consistia em concentrar as forças para responder às reformas antinacionais e antipopulares. Uma vez dispersada a luta, o governo levou adiante boa parte de seu programa, e concluiu tranquilamente a transição com as eleições de outubro. A emergência da candidatura de Bolsonaro se deu nas condições de refluxo das massas e imobilismo das centrais sindicais. O POR não só havia defendido Lula contra a prisão e a garantia de seus direitos democráticos como denunciou as eleições que se realizariam de antidemocráticas. Diante da polarização entre a candidatura da ultradireita e do reformismo, profundamente adaptado ao capitalismo, e a impossibilidade de uma candidatura revolucionária, o POR se colocou pelo voto nulo. Realizou, nas regiões fabris e entre a juventude, a campanha pela estratégia de poder próprio da classe operária. Rechaçou a defesa das esquerdas do voto no PT, como se de fato expressasse a luta antifascista. A falsa caracterização de que a candidatura de Haddad era tida pelas massas como de rejeição ao fascismo serviu de máscara ao oportunismo eleitoral. O PT e as esquerdas rejeitaram, sistematicamente, a tarefa de pôr em pé a frente única anti-imperialista, que é por

onde os explorados combaterão a política dos grandes proprietários, dos monopólios e do capital financeiro. Passadas as eleições, o PT taxou o governo Bolsonaro de “legítimo”, não mais se referiu ao seu fascismo, e capitulou diante de sua composição militarista. Uma parcela das esquerdas passou a ver em Bolsonaro um governo bonapartista, outra se limitou a atacar a sua ilegitimidade, devido ao impedimento de Lula ser candidato. Bolsonaro e sua camarilha militar e religiosa iniciaram o governo sem que petistas, pecedobistas, centristas e burocracia sindical fizessem qualquer esforço para preparar a resistência aos novos ataques. Continua prevalecendo a negação de organizar a frente única de combate. A carta das centrais sindicais, pedindo que Bolsonaro tenha compaixão dos explorados, é a prova assustadora do servilismo diante de um governo ditatorial, militarista e fascizante.

17. Tudo indica que o vínculo entre o governo Doria e Bolsonaro terá uma importância particular. A ultradireita tudo fará para garantir a governabilidade voltada contra a maioria oprimida e a economia nacional. As respostas ao governo militarista de Bolsonaro passarão pelas respostas ao governo policial de Doria e vice-versa. O funcionalismo municipal e estadual

terá de se unir contra os ataques do governador e prefeito, ao mesmo tempo em que estarão diante da necessidade de se contrapor ao governo ditatorial de Bolsonaro. A reforma da Previdência comparece como o principal motivo das mobilizações regionais e nacionais. A defesa da constituição da frente única contra os novos ataques e a implantação da reforma trabalhista, que inclui a terceirização, se recolocará em condições mais favoráveis aos explorados. A burocracia sindical estará sob pressão das bases. A classe operária e demais explorados foram desviados do curso da luta pela política de conciliação de classes; mas, não sofreram uma derrota que quebrasse as tendências de luta observadas nas jornadas de março e abril de 2017. A vanguarda tem a tarefa de propagandear e agitar o programa de reivindicações, que se opõe à burguesia e aos novos governos. É preciso explicar pacientemente o programa proletário e os objetivos estratégicos do proletariado. Há que concentrar a atenção na construção do POR no seio da classe operária. Um passo que se dê na penetração do programa da revolução social nas fileiras da classe operária no Estado de São Paulo impulsionará a construção do partido em todo o País.

Resolução política sobre o Nordeste

1 - Manifestações da crise no Nordeste

A crise econômica que atingiu o Brasil em 2015-2016, expressão da crise mundial capitalista e seus reflexos no quadro da economia nacional atrasada, semicolonial e de caráter combinado, afetou duramente a região Nordeste. O acentuado recuo do PIB, a queda das exportações, as demissões massivas, a baixa geral na arrecadação e o amplo arrocho salarial sobre os trabalhadores foram as manifestações mais visíveis da crise que atingiu todos os estados. Durante uma década, o Nordeste apresentou taxas de crescimento acima da média nacional, em razão, sobretudo, de pesados investimentos estatais e, em menor grau, de investimentos privados nacionais e estrangeiros. São exemplos disso, os dados relativos ao crescimento econômico dos anos de 2003 a 2008, em que a região cresceu 4,8%, contra 4,1% do Brasil, e dos anos de 2009 a 2014, em que o crescimento foi ainda maior, de 4,2%, em média, contra 2,8% do Brasil. Embora não tenha sido a região de maior crescimento durante o longo período de 2002 a 2014, quando seu PIB aumentou 60%, (acima dos 50% da média nacional, mas abaixo dos 70% e 65% do Norte e Centro-Oeste), foi a que mais amargou perdas com a crise, suportando pesadas baixas. Após os dois anos de recessão oficial, quando a economia brasileira obteve uma leve reanimação de 1%, em 2017, o Nordeste, que cresceu apenas 1,7%, teve o segundo pior desempenho, atrás apenas do Sudeste, que encolheu -0,7%, e abaixo da região Sul, que cresceu 3,4%. Essa pequena reanimação, porém, esteve longe de permitir a recuperação das perdas dos anos anteriores. Mesmo crescendo 1,7%, em 2017, o PIB do Nordeste, se comparado ao de 2014 (o último ano antes da recessão), amargou uma queda de -9,1%, o pior desempenho entre todas as regiões, e abaixo da média nacional (-7,28%). A contração econômica de -11,8% em Sergipe; -11,5% no Maranhão, -10,5% em Pernambuco, e -9,9% na Bahia, mostra que, mesmo a economia se mantendo em crescimento, em 2018, ainda não terá superado o volume do PIB de 2014. O fato de estados como Sergipe e Paraíba terem registrado

recuos de -3,1% e -2,0% no seu PIB, em 2017, e a maior economia da região, a Bahia, ter crescido próximo de zero, indicam que as tendências recessivas continuam presentes, e que os desequilíbrios dentro do Nordeste se manifestam.

Outro fator, desta vez particular, de agravamento da crise no Nordeste consistiu na seca, que castigou a região por 5 anos, e afetou a agropecuária em quase todos os estados. Apesar do aumento dos índices de chuva no último biênio, houve perdas ainda não recuperadas. A escassez das chuvas afetou terrivelmente as safras, atingiu os rebanhos, e forçou os produtores a reduzirem áreas de cultivo. Outros deixaram de cultivar suas antigas lavouras, para se dedicarem a novos gêneros adaptáveis à estiagem. Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco foram os estados mais atingidos. No caso desse último, a safra de grãos de 2016/2017 alcançou apenas 1/3 daquela de 2011/2012, o que significa que o baixo desenvolvimento das forças produtivas, como solução para enfrentar o problema da seca, ainda é um fator de perdas econômicas. Por outro lado, a concentração de terras e de água, de créditos e auxílio técnico, e inclusive de subsídios estatais, nas mãos de grandes proprietários e latifundiários, é outro fator de destruição econômica, que se volta inteiramente contra os pequenos lavradores, abandonados à própria sorte.

A economia do Nordeste, marcada pelo baixo desenvolvimento capitalista, pelo atraso industrial e o enorme peso do pré-capitalismo, sempre necessitou das inversões do capital nacional/internacional, de um lado, e dos programas estatais, de outro, incluindo aí as vitais transferências governamentais. O ciclo de governos petistas tentou retomar o programa nacionalista (esboçado nas décadas de 50 e 60), a fim de impulsionar o desenvolvimento regional, a partir de grandes projetos ‘estruturantes’, associados à atração de investimentos privados. Tais projetos foram, porém, duramente golpeados pela crise de 2015-16. O complexo de canais, adutoras e estações do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, iniciado em 2007, que prometia injetar 4,5 bilhões

na economia, e assegurar o abastecimento das regiões agrícolas e industriais, foi paralisado, e se arrasta por mais de 10 anos sem conclusão definitiva do eixo norte e, apenas parcialmente, do eixo leste. A ferrovia Transnordestina, que prometia ligar os complexos portuários do Pecém (CE) e Suape (PE) ao sudeste do Piauí e ao Cariri, após 12 anos, consumindo R\$ 6,5 bilhões, concluiu apenas metade das obras, e está longe de se fazer operacional. Atingida pela crise de 2015-16, foi novamente afetada pela crise dos combustíveis de 2018. As Refinarias Premium I e Premium II, previstas para serem implantadas pela Petrobras no Nordeste, respectivamente no Maranhão e no Ceará, foram sustadas no primeiro ano da crise, deixando a região de receber aportes de R\$ 15 bilhões. O congelamento e mesmo os cortes do programa Bolsa Família também atingiram a região, que concentra quase metade dos 14 milhões de famílias atendidas pelo programa. O fato de, nessa região, quase um terço das famílias receberem os benefícios do bolsa família (no Maranhão, esse percentual é quase metade), contra 7% no Sudeste, e 5,5% no Sul, atestam o elevado nível de concentração de renda e, com ela, a disseminação generalizada de pobreza. A redução dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), também implicou desajustes econômicos, com redução dos investimentos, altas inflacionárias e queda das exportações.

Durante muitos anos, os estados do Nordeste cresceram acima da média nacional. Agora, caem também acima dessa média. O setor industrial foi o mais atingido, e a economia de conjunto cresceu menos que a média brasileira. A crise e a desaceleração econômica, em razão das particularidades regionais, chegaram com relativo atraso ao Nordeste, mas não deixaram, com isso, de serem menos intensas e destrutivas. O desemprego oficial, de 13% no Brasil, tem alcançado cerca de 15% a 16% no Nordeste, e até 17% nas capitais. Segundo o IBGE, depois de uma década de redução das desigualdades entre Nordeste e Sudeste, a distância voltou a crescer e a alimentar os desequilíbrios regionais. Ainda segundo ele, entre 2015 e 2017, a população extremamente pobre cresceu 72% na região nordeste, muito acima da média nacional de 10%, no mesmo período. Em números absolutos, são pouco mais de 4 milhões de pobres no Nordeste, contra 2,6 milhões no Sudeste. A crise afetou os investimentos estaduais e os federais, que eram a principal fonte de crescimento do Nordeste e, por tabela, recaíram sobre os mais pobres. Dos 2,09 milhões de pobres que voltaram a surgir no país entre 2015 e 2017, 1,51 milhões estão no Nordeste.

As tendências de retomada do crescimento econômico e ampliação da corrente de comércio com o exterior não farão mais que repor as brutais perdas acumulados nos últimos 2 anos. O levantamento feito pelo Banco Central, em abril deste ano, mostrou que o crescimento verificado em todas as regiões, na comparação de março/2018 com março/2017, beneficiou o Nordeste menos do que se previa, com um desempenho de 0,9%, maior apenas que o do Sudeste, de 0,73%. A elevação das exportações, em 2017, na comparação com 2016, e verificada em vários estados da região (19% na Bahia; 126% no Piauí; 58% em Alagoas, etc.), tendem a retomar o nível anterior das vendas, expressão da reativação da atividade econômica, mas apenas na condição de o mercado mundial não sofrer novos abalos. As tendências secundárias da crise, ainda não debeladas, tais como os indicadores sobre a queda nas vendas de varejo em setembro (que foram as piores desde 2000), a gigantesca inadimplência de 62,9 milhões de pessoas, e permanência dos ní-

veis elevados de desemprego, agirão no sentido oposto, e sabotarão qualquer retomada assentada no consumo interno. Baixo crescimento, estagnação e crises periódicas, são os reflexos naturais que a decomposição mundial capitalista reserva para o Nordeste.

2 - O ajuste fiscal dos governos como medida de resposta à crise

Os governadores do Nordeste reagiram à crise recorrendo à ajuda do Governo Federal, solicitando renegociação de dívidas, e pedindo a retomada dos investimentos em obras de infraestrutura paradas, ao mesmo tempo em que aprovavam política de cortes e contingenciamento de verbas. O Governo da ditadura civil de Temer, que levou a termo o projeto de lei sobre a renegociação das dívidas dos estados, criado ainda sob o governo Dilma, acenou com ajuda temporária, em troca de arrocho salarial e pesados cortes nas despesas dos estados.

Embora tenha registrado a pior queda do PIB, por região, no comparativo 2014-2017, a situação fiscal do Nordeste não se deteriorou ao mesmo nível dos estados do centro-sul, como Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo, que alcançaram dívidas próximas ou superiores a 200% da receita líquida. Ainda assim, a piora nas contas públicas no Nordeste afetou de sobremaneira a capacidade de investimentos, e o pagamento das despesas correntes. Estados como Ceará, Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, que asseguraram uma melhor situação fiscal, encontram-se no limite do endividamento. Outros, como Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte, mergulharam numa situação fiscal crítica, tendo o primeiro atingido mais de 100% de dívida consolidada, em relação à receita corrente líquida. A crise do Rio Grande do Norte, que entrou em situação semifalimentar, em 2016, apresentando um quadro de obras paradas, atraso no pagamento do funcionalismo, suspensão de repasses a escolas e hospitais, calote do 13º salário, exemplifica o contexto de insolvência dos estados, profundamente dependentes do FPE e FPM. O governador Robinson Faria (PSD) ressentiu-se de ter perdido, desde 2016, quase R\$ 6 bilhões em repasses federais, e teve de enfrentar a forte greve geral dos servidores estaduais e das polícias civil/militar, que exigiam os salários atrasados.

A renegociação da dívida dos estados com a União, que resultou na lei complementar nº 156/16, aliviou em até R\$ 50 bilhões o caixa dos estados, mas os obrigou em contrapartida a aprovar duros ajustes econômicos, que incluíam a aprovação da lei do teto de gastos do orçamento. Os governos estaduais, sem excluir da lista os oposicionistas, ao aceitarem as imposições do governo federal quase sem resistência, demonstraram a urgência das medidas adotadas. Por outro lado, o fato de Temer ter exigido que os servidores estaduais ficassem sem reajustes por, no mínimo, dois anos, mostra, não apenas a pretensão da União de colocar-se acima dos estados, mas, igualmente, o desejo de que os trabalhadores arquem com o pesado ajuste. A retomada dos pagamentos à União, em meados de 2018, sem que a situação orçamentária dos estados tenha voltado a melhorar, implica a manutenção das tendências recessivas, impulsionadas, desta vez, pelo Governo Federal e, por cima deste, pelo capital financeiro, detentor da dívida.

No Nordeste, os governadores petistas têm se destacado como os campeões do ajuste fiscal, do arrocho salarial e do corte de gastos orçamentários. Na Bahia, Rui Costa congelou salários dos servidores, fez privatizações e aprovou a reforma da Previdência (PrevBahia), que instituiu o teto salarial, e a Previdência comple-

mentar. Em 2016, já havia imposto um contingenciamento de R\$1 bilhão, que atingiu todas as áreas, incluindo saúde e educação. Em 2018, privatizou a Empresa Baiana de Alimentos (EBAL) e, depois de reeleito, manteve o programa de privatizações de novas empresas, como a Empresa Baiana de Águas (EMBASA), ou de extinção de estatais, como a CERB (Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia), a CBRM (Companhia Baiana de Pesquisa Mineral), a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), e a Bahia Pesca. A recente reforma administrativa encaminhada à Assembleia Legislativa, em novembro de 2018, prevê não apenas novos cortes no Executivo, como o aumento da contribuição previdenciária dos servidores, de 12% para 14%. No Piauí, Wellington Dias (PT) aprovou, ainda em 2016, a sua versão da PEC 55 – Lei do Teto de Gastos – no estado, sob protesto de servidores e sindicatos. A lei congela, por 10 anos, os gastos do governo no estado. No Ceará, Camilo Santana (PT), alegando a vulnerabilidade fiscal do estado, entregou à concessão privada o Porto do Pecém e (em parceria com Temer) o Aeroporto de Fortaleza. Em 2015, já havia privatizado a Rodoviária de Fortaleza e, atualmente, pretende a privatização de equipamentos como o Centro de Feiras e Eventos, o Metrô de Fortaleza, a Arena Castelão, o Centro de Formação Olímpica (CFO), Aquário Oceânico, etc.

Nos outros estados, os governos burgueses têm avançado na tarefa de aplicar o ajuste. Em Pernambuco, a oposição ao governo de Paulo Câmara (PSB), diante do aumento explosivo do endividamento do estado (atualmente em R\$ 12,47 bilhões), é quem exige maior empenho no ajuste fiscal, que já resultou em cortes de R\$ 900 milhões, apenas em 2016. Também desde 2016, o governo do Maranhão, Flavio Dino (PC do B) empreendeu um ajuste fiscal com corte de R\$ 100 milhões em contratos de terceirização e prestação de serviços além de contingenciamento de verbas de 30% sobre o orçamento de custeio. Na Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB) impôs reajuste zero aos servidores em 2016, e aplicou um pacote com cortes, não contratação de pessoal, cancelamento de concursos, e até suspensão de gastos com carnaval. Em Alagoas, Renan Filho (MDB) aplicou três pacotes de ajustes para reduzir a máquina estadual; aumentou impostos, como o ICMS de alguns produtos, e o ITCD (transmissão de heranças), além de cortar 30% dos cargos comissionados e impor contingenciamento de verbas. Em Sergipe, Jackson Barreto (MDB) fez uma reforma administrativa para economizar R\$ 240 milhões, extinguindo 9 secretarias, enxugando a folha e eliminando cargos comissionados. A Assembleia Legislativa, avançando sobre o funcionalismo, extinguiu a gratificação do terço salarial, dada ao servidor após 25 anos de serviço. Além das medidas de âmbito estritamente estaduais, os governadores do Nordeste já constroem um consenso sobre a criação de um fundo próprio de Previdência complementar (a PrevNordeste) com vistas a abranger todos os estados, em caso de aprovação da reforma de Temer. Esse conjunto de medidas, aplicadas pelos governadores, mostra que, diante da crise, as frações burguesas se unem para atacar direitos, salários e aposentadorias, visando à preservação da capacidade de investimentos e das contratações milionárias, que beneficiam os grupos oligárquicos locais e o capital financeiro.

A fraqueza do desenvolvimento capitalista na região, e a incapacidade das frações burguesas locais levantarem vultosos investimentos na produção, comércio e infraestrutura, leva a que os estados (em sua maioria, padecendo de baixa arrecadação fiscal) dependam largamente das transferências conhecidas como fundo

de participação dos estados e dos municípios. Esse mecanismo – que permite não apenas o retorno de parte dos impostos arrecadados localmente pela União de volta à região, como também a transferência de parte dos impostos obtidos com a tributação nas regiões mais ricas – há muito tem se tornado um dos sustentáculos forçados de manutenção da unidade nacional. O FPE e o FPM, que beneficiam claramente o Nordeste, o Norte e o Centro Oeste (ao absorverem 85% dos repasses), em detrimento do Sul e Sudeste (que recolhem apenas 15%), é tido como um dos pilares do Pacto Federativo, pacificado pela constituição de 1988. Criados há mais de 30 anos, como mecanismos de distribuição de renda e impulsionadores da superação dos desequilíbrios regionais, tais fundos conseguiram evitar a falência completa de estados e municípios pobres, mas passaram longe de promover o desenvolvimento industrial efetivo. Trata-se de um mecanismo ineficaz do estatismo semicolonial que, em épocas de crise, como a atual, é atacado e posto em xeque pela grande burguesia do Sul-Sudeste. No interior do Nordeste, as disparidades entre os estados são reveladoras da maior ou menor dependência em relação aos fundos e, portanto, aos ditames do governo federal. Estados como Piauí e Maranhão, onde as transferências do FPE correspondem a mais de 60% do orçamento estadual, estão sob pressão mais intensa para a realização de reformas que recaiam sobre os assalariados. Por sua vez, estados como a Bahia, Pernambuco e Ceará, ainda que dependam menos dos repasses do FPE na região (ao somar 45% do orçamento estadual) também estão sujeitos às imposições do governo, embora sejam ativos defensores da contenção de gastos. Dessa forma, a enorme distância que separa os estados mais pobres do Nordeste em relação aos do Sul-Sudeste, onde a dependência orçamentária do FPE é menor (22% e 14%, respectivamente), pesa demasiado contra os primeiros, no que se refere à necessidade de cortes e ataques às condições de vida.

A relativa melhora nos repasses do FPE, em 2018, com montantes de até R\$ 10,3 bilhões aos estados do Nordeste, depois de perdas catastróficas (130 milhões de Sergipe; R\$ 1,5 bilhão do Maranhão, nos três últimos anos) não são suficientes para reverter o fosso entre as regiões, liquidar o desemprego crônico e solucionar o problema do atraso secular do Nordeste. Por outro lado, as estatísticas mostram que os incentivos e renúncias fiscais da União continuam a beneficiar largamente o Sudeste, em comparação com o Nordeste, que tem ficado, nos últimos anos, com apenas 1/3 do que é dado à região mais rica do país.

O contraste entre os municípios pobres, que recorrem de joelhos ao governo federal, e a trilionária renúncia fiscal (como a da lei nº 13.586/17), que isenta as petroleiras estrangeiras da área do Pré-Sal (Chevron, Shell, Exxon-Mobil) do pagamento da CSLL e do IRPJ, mostra a incompatibilidade entre os interesses do capital internacional e as necessidades mais elementares das massas nas regiões atrasadas. O fato do governo pró-imperialista manter renúncias fiscais da ordem de R\$ 354,7 bilhões, em 2018, quando o déficit primário chegará a R\$139 bilhões, nesse mesmo ano, atesta que o equilíbrio fiscal é uma falácia utilizada pela grande burguesia, que se volta contra os explorados e atravança o desenvolvimento das forças produtivas.

3 - A situação política nacional e o governo policial-militar de Bolsonaro

A vitória de Bolsonaro sobre o PT representa, para a grande burguesia e o imperialismo, a necessidade do continuísmo em re-

lação às medidas de Temer. O golpe que depôs Dilma, para que o ajuste fiscal caminhasse com maior celeridade e alcance, correspondeu às necessidades das frações burguesas e do capital financeiro. Fizeram parte do golpe, a prisão de Lula e a realização de eleições antidemocráticas. A vitória de Bolsonaro, em outubro de 2018, demonstrou que a burguesia, preocupada com a crise, opta por virar à direita, para o militarismo, e para uma diretriz privatista/entreguista. Por trás de Bolsonaro, encontram-se as mais poderosas frações da burguesia, o capital financeiro internacional, o Exército, as polícias, as Igrejas evangélicas, e uma vasta camada da classe média, que arrastaram consigo uma fração do proletariado. A frente burguesa reacionária e liberal exige o prosseguimento do ajuste fiscal e das reformas constitucionais – antinacionais e antipopulares – postas em prática pela ditadura civil de Temer. Exigem mais entreguismo, privatizações ilimitadas, destruição de todo os empecilhos à maior exploração dos trabalhadores (fim do Ministério e da Justiça do Trabalho, extinção da contribuição de patrões e governos às aposentadorias, direitos trabalhistas básicos, etc.). O PT e a CUT, que no passado governaram para essa mesma burguesia, não podiam se contrapor à candidatura de Bolsonaro com um programa operário e classista, mas apenas com a velha política de colaboração de classes, o que tornou impossível erguer os oprimidos por meio de uma frente única nacional, sobre a base de comitês por local de trabalho, estudo e moradia, plenárias e assembleias sindicais. Todas as ações de rua impulsionadas pelo reformismo e seus aliados que adquiriram um caráter de massa, a exemplo dos atos convocados sob o chamado “Ele não!”, foram colocadas sob o signo da disputa eleitoral e da pressão parlamentar. O mesmo acontecendo com as caricaturas de comitês antifascistas criados no seio das universidades, e que serviam na prática de comitês eleitorais pró-Haddad. O PT rejeitou e boicotou o método da ação direta como via para derrotar a frente burguesa reacionária. Contraditoriamente, os atos nacionais mostraram a grande disposição de luta dos oprimidos, que afluíram em centenas de milhares à convocatória das centrais e movimentos.

O PT levantou a bandeira de defesa da democracia burguesa contra a ameaça fascizante de Bolsonaro. As universidades públicas se tornaram firmes trincheiras do reformismo, e foram alvo da justiça eleitoral e das polícias. O reformismo correu a buscar aliados nos partidos burgueses, com a justificativa de que Bolsonaro representava uma ameaça ao estado de direito; dessa maneira, rejeitou categoricamente a ideia de erguer a classe operária sobre a base de um programa de reivindicações econômicas e democráticas (emprego, moradia, salário vital, educação e saúde a todos, reforma agrária, transporte e direito à Previdência). Ao se colocar pela defesa da democracia oligárquica, o PT esperava o apoio dos partidos burgueses, de associações empresariais, Igreja e intelectuais, para vencer o discurso de ódio dos reacionários. Contrariamente, acabou por empurrar a classe média para o lado de Bolsonaro, que representava a seus olhos, a aberta rejeição à democracia apodrecida, com seus partidos fisiológicos, seus tribunais desmoralizados, e seu executivo corrupto. Preso à defesa da democracia e ao sistema parlamentar de onde se nutre, o reformismo atrela seu destino ao destino da democracia burguesa. A guinada à direita por parte dos capitalistas foi causa e efeito da guinada das classes médias às posições reacionárias, e apareceu como resultado do fracasso do reformismo em solucionar os impasses da economia e da grave crise social.

A ascensão meteórica de um militar do Exército para o Palácio do Planalto, e o esvaziamento das candidaturas burguesas nas eleições de outubro, são reflexos não apenas da crise dos partidos tradicionais, mas igualmente da crise da democracia burguesa no Brasil, à qual estão ligados. MDB e PSDB, os dois grandes estírios da política capitalista, durante os últimos trinta anos, saíram derrotados e duramente golpeados das urnas. Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (PODEMOS) e Henrique Meirelles (MDB), que representavam candidaturas mais organicamente vinculadas à grande burguesia, dentre as quais a de Alckmin sobressaía-se como a candidatura preferencial do grande capital, se arrastaram com percentuais pífios, do início ao fim da campanha. Alckmin, que esboçou certo crescimento, entrou em queda livre às vésperas das eleições, fazendo o PSDB experimentar sua pior derrota, desde a fundação do partido. O deslocamento brusco da pequena burguesia das regiões Sul e Sudeste para a defesa de Bolsonaro esvaziou as esperanças de qualquer nome mais tradicional da política burguesa de vencer as presidenciais, e determinou a virada paulatina do grande capital para Bolsonaro. Mesmo a vitória do PSDB para o governo paulista ocorreu com um claro distanciamento em relação à Alckmin, e um visível aceno a Bolsonaro. Com a derrota nas urnas de sua ala mais tradicional, o partido sabe que, diante de si, abre-se uma crise inesperada. Sua fração mais à direita compreende que não é mais possível ao capitalismo seguir sua marcha pacificamente, sem destruir direitos trabalhistas/previdenciários, e aumentar a superexploração do trabalho, assim como sem violar a Constituição e deformar o regime democrático. Por isso, tencionará, com todas as forças, pelo controle nacional do PSDB, a fim de levá-lo à ultradireita e ao governo Bolsonaro, o que implicará em conflitos internos, choques e possíveis rupturas. Destino semelhante aguarda o MDB, que, em sua maioria, terá de integrar-se ao governo Bolsonaro, ou pagar o preço de uma estagnação e decomposição de suas fileiras.

Mesmo sem a intervenção ativa do caudilho Lula, preso em Curitiba, o PT demonstrou conservar ainda uma enorme força eleitoral. A candidatura Haddad passou ao segundo turno, ainda que o PT estivesse sob ataque cerrado dos meios empresariais, dos bolsonaristas e de parte da mídia monopolista, que ataçaram o ódio da classe média ao petismo. Os 47 milhões de votos, obtidos no segundo turno, surpreenderam o PT e aliados, embora fizessem bravata com uma possível virada de última hora. O reformismo, ainda que aliando-se às oligarquias, sagrou-se vencedor em todos os estados do Nordeste e, em razão disso, conquistou a maior bancada na Câmara de Deputados. É provável que nenhum outro partido da democracia burguesa, submetido a uma campanha tão intensa de ataques e injúrias, tivesse conseguido sobreviver ou manter sua força eleitoral, o que só foi possível ao PT por conservar a confiança de uma importante parcela dos explorados.

Por sua natureza de classe, o governo Bolsonaro será um governo burguês. Por seus laços com os monopólios e o capital financeiro, será pró-imperialista e, por conseguinte, antinacional e antipopular. Por sua relação com a democracia burguesa, já profundamente alterada, poderá ser um governo bonapartista, que se equilibra sobre a divisão da sociedade entre a grande burguesia (que não teve forças para impor sobre as massas um governo orgânico seu, e acabou por arranjar-se ou consentir a semitutela militar de Bolsonaro); as massas pequeno burguesas do Sul-Sudeste, que deram sustentação direta à claqué do capitão do exército; e as

massas exploradas (parte do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia arruinada), que se contrapõe à aprovação do ajuste, e segue o reformismo.

Do ponto de vista de classe, o governo Bolsonaro se apoiará sobre a coalizão das frações burguesas, unidas no interesse geral quanto à urgência das reformas, mas divergentes quanto a interesses específicos diante da crise. Os primeiros choques entre alguns setores empresariais e a equipe econômica do novo governo, em torno da manutenção ou não de benefícios estatais, indicam que a aplicação da política econômica de Paulo Guedes não passará sem crescentes atritos e fricções. A promessa de que o novo governo não indicaria corruptos, e que a nomeação de ministros, secretários e integrantes do primeiro escalão seguiria caráter técnico, sem as conhecidas negociatas que envolvam a distribuição de cargos em troca de apoio no Congresso, desmoronou antes mesmo da posse. A indicação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, do ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, tem o claro objetivo de favorecer o DEM, como pilar do governo. Por outro lado, a nomeação de Mandetta, investigado por fraude em licitação, caixa dois e tráfico de influência; a confissão de Lorenzoni de uso de caixa dois em campanha; a condescendência de Moro com Lorenzoni, e o recente escândalo do ex-assessor da família Bolsonaro indicam que o governo já nasce frequentado por larápios, e reafirma a tese marxista de que não há governo burguês sem corrupção. A presença expressiva de militares no governo, por sua vez, reforça não somente o seu caráter autoritário e policial, como também a pretensão de ascendência do Exército sobre os órgãos democráticos.

O governo Bolsonaro descarregará um violento ajuste fiscal sobre os pobres e explorados do país. As privatizações, combinadas com os ataques à Previdência, aos direitos trabalhistas, a abertura ao capital financeiro, a ofensiva conservadora nas universidades e escolas, a repressão aos movimentos sociais, a criminalização do MST/MTST, e o alinhamento com o imperialismo norte-americano, mostram o caráter profundamente entreguista e antioperário que assumirá o governo fascitizante. As possibilidades do governo seguir adiante, porém, estarão dadas pelo desempenho da economia, pela capacidade de centralização do estado, e, principalmente, pela reação das massas às medidas econômicas e repressivas do governo. A tarefa de organizar os explorados e apoiar suas reivindicações instintivas deve ser completada com a defesa do direito de greve e do fim das perseguições às lideranças operárias, camponesas e da juventude pobre.

4 - A política econômica do novo governo agravará os desequilíbrios regionais

A equipe econômica de Paulo Guedes se prepara para uma investida sem precedentes sobre as bases da economia nacional. A política de comércio exterior, a tributária, a presença do estado na economia, os subsídios e renúncias fiscais, os preços administrados, o câmbio semiflutuante, as metas de inflação, tudo será submetido a uma enorme reviravolta. A proposta de mudança no chamado pacto federativo atingirá em cheio a economia do Nordeste. O governo entreguista e antinacional de Bolsonaro traça os objetivos com a privatização em massa de estatais, que são de arrecadar, segundo especialistas, até R\$800 bilhões. A ideia de Paulo Guedes, de destinar o montante desses recursos ao abatimento de uma parte do principal da dívida interna, hoje em R\$ 3,8 trilhões, significa que

as estatais deverão ser sacrificadas ao esforço de manter o parasitismo financeiro dos grandes bancos e do capital internacional. A redução do Estado, ainda segundo os planos do ministro da Economia, diminuirá radicalmente as despesas correntes do governo, e novos recursos em breve poderão ser disponibilizados. Conforme a equipe econômica, a redução paulatina do endividamento interno permitirá reverter a política tributária, vigente há décadas, e eliminar a necessidade de centralização orçamentária “autoritária” do Governo Federal, que drena recursos de estados e municípios para pagamento de juros da dívida pública. Segundo esse raciocínio, um maior montante de recursos estaria disponível à população em todas as regiões, uma vez que não sairão da base da federação, o que implicaria que os entes federados não mais necessitariam recorrer a Brasília “de pires na mão”. Os tributos e sua arrecadação, passando por uma descentralização radical, promoveriam melhor gerenciamento e desenvolvimento regional. Assim, o FPE e o FPM poderiam ser extintos gradualmente. Tais diretrizes do novo governo, longe de promover o desenvolvimento regional e superar os desequilíbrios no interior do país, tendem a agravá-los.

A propaganda do governo, dos grupos liberais financiados e de grande parte do empresariado, de que a ingerência do Estado sobre os mercados atrapalha o desenvolvimento econômico, serve aos interesses privatistas e obscurece as causas do atraso capitalista do Brasil. A tese liberal, segundo a qual, desmontados os mecanismos de investimentos do Estado, os capitais fluiriam pelo livre jogo da oferta e da procura, e permitiriam, assim, o desenvolvimento do Nordeste, é falsa. O domínio secular do capitalismo monopolista (com seus excessos trilionários de valores girando nas bolsas mundiais) tem demonstrado que, a partir da simples circulação de capitais e mercadorias, o Nordeste nunca encontrou nem encontrará a via para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Exatamente pela impossibilidade do capital ser aplicado plenamente na atividade produtiva (em razão da queda nas taxas de lucro e sua voracidade por altos rendimentos na especulação financeira) é que o Estado está chamado a fazer investimentos em empreendimentos vitais, ainda que para entregá-los mais tarde, e sem riscos, aos capitalistas. Tal é a tese do cirismo, que tem ganhado expressão eleitoral no Nordeste, e faz desse modelo de ‘parasitismo capitalista de Estado’, a sua profissão de fé. A tese marxista de que os países capitalistas atrasados são de economia desigual e combinada e de que se desenvolvem, em grande medida, de fora para dentro, segundo os ritmos da economia mundial, conserva sua validade e permite explicar o atraso da região Nordeste. Nos países atrasados, onde a burguesia e o insuficiente desenvolvimento capitalista foram incapazes de promover uma acumulação primitiva, os capitais externos ingresam seletivamente nos ramos e macrorregiões geográficas de seu interesse e deixam à margem, no atraso pré-capitalista, os setores e regiões cujo desenvolvimento não interessa ao mercado mundial. Essa lei da economia de mercado, verificável plenamente no Brasil, é, ao contrário, justamente o fator responsável pelo bloqueio ao desenvolvimento de conjunto das forças produtivas.

A intervenção estatal pela via do fomento à atividade comercial e industrial no Nordeste, que agora está sob a mira do novo governo, não foi capaz de superar os desequilíbrios regionais, e apenas permitiu que a estagnação crônica da economia alcançasse alguns poucos progressos pontuais. Contudo, as privatizações e o desmonte do Estado não produzirão nada melhor. A extinção do Banco do Nordeste, Caixa, BB e agências de financiamento, ex-

pressão da política de redução do Estado, deixará livre campo ao domínio dos grandes bancos (monopólios), que elevarão os juros e lucrarão com o encarecimento de operações creditícias. Os pequenos comerciantes, microempreendedores e agricultores de pequeno porte da região pagarão caro com empobrecimento e falências, diante do domínio monopolista. Por outro lado, os municípios pobres, com baixa renda per capita, e insignificante arrecadação, sem atividades comerciais, industriais ou agrícolas significativas e, por isso, dependentes de ajuda governamental, colapsarão lentamente com o avançar do “Estado Mínimo”. A política econômica do governo alargará, dessa forma, o fosso entre as regiões, e passará ao largo de promover o desenvolvimento econômico do Nordeste. Os problemas dos desequilíbrios regionais no Brasil, parte das tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado, não poderão ser solucionados nos marcos do regime burguês decadente, e sob a gerência do mercado. Apenas por meio da revolução proletária, que arrancará os meios de produção das mãos da burguesia para estabelecer a economia planificada, será possível erradicar as profundas diferenças regionais.

5 - Oligarquias se distanciam de Bolsonaro

Refletindo os impactos da crise no Nordeste, as eleições de outubro revelaram uma maior inclinação das oligarquias para a candidatura petista de Haddad. A dependência econômica das transferências e investimentos federais, que serão drasticamente atacados pelo novo governo, sem dúvida, pesou na determinação dos arranjos eleitorais. A parte minoritária das forças oligárquicas, que se inclinou pelo apoio a Bolsonaro, refletiu mais diretamente as pressões do capital estrangeiro. Alinhada mais estreitamente aos grandes capitalistas e às federações empresariais, abertamente bolsonaristas, esperava e espera tirar dividendos da política econômica do novo governo.

A movimentação das oligarquias nos estados revelou o apoio de poderosos e tradicionais grupos familiares à candidatura fascizante de Bolsonaro. Contudo, as crises internas e as pressões desagregadoras resultantes do choque com os interesses dos pequenos municípios, contrários a Bolsonaro, obrigaram estes a malabarismos políticos e a apoios apenas formais. Na Bahia, a oligarquia carlista à frente do DEM se pronunciou pelo apoio a Bolsonaro, embora ACM Neto e Zé Ronaldo, lideranças do partido, tivessem oficialmente que liberar o voto no 2º turno, para evitar cisões. No Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo, candidato a governador e representante da odiada oligarquia Alves, declarou apoio a Bolsonaro no 2º turno, contrariando a decisão do PDT. No Maranhão, a oligarquia Sarney se dividiu com o MDB de Roseana Sarney, declarando voto em Bolsonaro no 2º turno e Sarney Filho (PV) e Edison Lobão (MDB) contrários. Na Paraíba, o tucano Cássio Cunha Lima apoiou Bolsonaro e liberou o voto do PSDB no 2º turno, pelas mesmas razões que o DEM na Bahia. Ainda na Paraíba, o velho oligarca e senador José Maranhão (MDB), que também disputou o governo do estado, declarou voto explícito em Bolsonaro.

Os grupos oligárquicos e as forças políticas alinhados ao PT no 2º turno saíram-se vitoriosos na disputa pelos governos estaduais. A força eleitoral do PT no Nordeste, que teve por trás o caudilho Lula e a simpatia das amplas massas pelo ex-presidente, sem dúvida, pesou na vitória dos governadores, embora as articulações locais, as alianças partidárias e o vínculo com as prefeituras tenham sido decisivas. À medida que o reformismo conseguiu operar a

transferência de votos de Lula para Haddad, especialmente nas capitais, onde a resistência demonstrou ser maior que a esperada, as oligarquias colaram mais estreitamente na imagem do candidato petista. A movimentação das pequenas oligarquias municipais, com seus políticos locais obtusos e bairristas, constituiu outro fator de relativa importância. Os pequenos capitalistas do Nordeste, os pequenos empresários (especialmente os situados nas cidades médias e pequenas), os produtores rurais de médio e pequeno porte, e até os tradicionais latifundiários e usineiros, temem a reforma da Previdência, o duro ajuste fiscal do futuro governo e a privatização de bancos, como a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste, responsáveis pela maior parte dos pequenos financiamentos. Sabem que a extinção de agências federais, como o DNOCS, SUDENE, representam o fim de recursos já insignificantes para a demanda regional. Compreendem que o desmonte das estatais – incluindo a Petrobras –, as alterações no pacto federativo (FPE/FPM), e o contingenciamento de outras transferências da União (aposentadorias, seguro safra, benefícios do INSS, bolsa família, etc.) podem decidir a vida e a morte das prefeituras e dos pequenos municípios do interior. Essa sobrevivência semiparasitária sobre os fundos do Estado (expressão do enorme atraso econômico) esteve na base da movimentação das classes e das oligarquias para a disputa eleitoral. É o que determina, em grande medida, o afastamento dessas oligarquias ou mesmo seu descontentamento, ainda que impotente, contra o programa de Bolsonaro.

No passado recente (década de 1990), ficou patente que as medidas de atração de capitais por meio da isenção de impostos e subsídios públicos, e toda a guerra fiscal travada entre os estados, mostraram-se inviáveis como política econômica voltada à industrialização, desenvolvimento e superação dos desequilíbrios regionais. Os governos petistas (nos anos 2000-2010) agregaram à política de subsídios dos estados, plano de grandes obras de infraestrutura e volumosos investimentos estatais. Retomaram a ideia do antigo nacionalismo burguês, de meados do século XX (estado capitalista como indutor do desenvolvimento), mas apenas para evidenciar o fracasso, tanto da experiência passada como da recente. O nacionalismo petista, uma caricatura do velho nacionalismo burguês de Vargas e Goulart-Brizola, mostrou-se ainda mais impotente que seu antecessor, diante da grande burguesia e do imperialismo. Golpeado pela crise, pelo capital financeiro, pelos partidos burgueses, pela frente única das frações capitalistas que puseram em ação o golpe de 2016, o governo petista veio abaixo sem conseguir realizar seu programa de aceleração do crescimento. O reformismo, tal como o nacionalismo, malogrou pela incapacidade de expropriar a burguesia nacional, as transnacionais estrangeiras, e de assentar sobre a propriedade estatal dos meios de produção as bases de uma economia planificada, que pudesse equacionar os desequilíbrios regionais.

6 - Derrota das oligarquias governistas e situação política nos estados

As eleições de 2018 revelaram um quadro de divisão das oligarquias e triunfo dos setores aliados ao reformismo. A vitória do PT para os governos da Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, porém, longe de significar a derrocada dos velhos clãs familiares, foi possível apoiando-se numa parte das oligarquias contra outra, o que incluiu alianças com partidos que votaram pelo impeachment de Dilma. A adaptação eleitoral do PT à burguesia teria de

se manifestar, no Nordeste, como conciliação com as oligarquias, e negação do combate às forças do arcaísmo e pré-capitalismo regionais. A eleição de 27 deputados estaduais, 21 federais, 3 senadores e 4 governadores resultou dos inúmeros acordos 'pragmáticos' do PT, e expressou o fortalecimento de suas posições no Nordeste, malgrado toda a campanha nacional de ataques.

O quadro das forças políticas na região, também tem mostrado o aumento significativo do número de militares e policiais na política burguesa. As eleições de figuras como Cabo Beбето, em Alagoas; Capitão Styvenson e General Girão, no Rio Grande do Norte; Delegado Cavalcante e Capitão Wagner no Ceará; Capitão Samuel e Delegado Alessandro, em Sergipe; e Capitão Aldenna, na Bahia, reforça a tese de que a militarização da política tem se manifestado, ainda que com menos força, igualmente no Nordeste.

A ultradireita, mais orgânica e programaticamente vinculada a Bolsonaro, teve um desempenho no Nordeste abaixo do verificado nacionalmente. Os 9 deputados estaduais e os 5 federais conquistados pelo PSL, com um discurso de privatização e combate incisivo aos movimentos sociais, expressa que, no Nordeste, uma parte das classes médias voltou-se à direita fascizante. A fraqueza numérica das camadas mais abastadas da pequena burguesia – concentradas, sobretudo, nos grandes centros urbanos do Nordeste – explica o limite do crescimento da ultradireita liberal e conservadora. Não casualmente, enquanto os ultradireitistas alcançavam seu maior percentual de votos nas grandes cidades, os pequenos municípios do interior votavam maciçamente pelo presidenciável petista e candidatos estaduais afins.

A composição dos governos estaduais e das oposições, depois de outubro, indica que as frações burguesas e oligárquicas mais estreitamente vinculadas a Temer saíram derrotadas nas urnas. Seu fracasso indicou a grande rejeição das massas empobrecidas ao governo usurpador e suas reformas.

Na Bahia, a reeleição do governador Rui Costa converteu-se na mais importante vitória do PT nas estaduais. O reformismo conseguiu manter suas posições a partir da aliança estabelecida não apenas com o PCdoB e PSB, mas principalmente com PSD e PP. Os acordos com os partidos burgueses foram vitais, não apenas para a vitória, como para a governabilidade de Rui Costa. Na Bahia, o PT teve de buscar apoio de prefeitos e chafurdar nas negociatas eleitorais. Assim, a aliança com as oligarquias locais foi de fundamental importância para conseguir derrotar seu principal inimigo no estado (o DEM) e manter nas mãos o controle da máquina estadual. A ligeira redução do número de parlamentares na Assembleia Legislativa, de 11 para 10, não modificou a relação de forças no parlamento estadual, onde continua a ter a maior bancada, e a controlar a mesa diretora, através de suas coligações. O número de deputados federais eleitos, que se manteve em 8, é outro indicador de que o PT manteve sua força no estado. Seu principal aliado, o PSD, ampliou sua bancada de 8 para 9 deputados, o mesmo vindo a acontecer com o PP, que pulou de 5 para 7 parlamentares. No início de seu primeiro mandato, Rui Costa, que chegou a ter apenas 32 parlamentares em sua base de apoio, enfrentou uma oposição ferrenha, liderada pelo DEM que, àquela época, reunia uma coligação poderosa (PMDB-PSDB-PDT-PV-PODE-PHS-PRB-PRP-PSC) e contava 29 parlamentares. Após sua reeleição, Rui Costa alcançou uma base de apoio de 42 deputados, contra uma oposição mais enfraquecida de 16 parlamentares. A derrota do MDB, que caiu de 6 para um único parlamentar, foi decisiva para a redução da oposi-

ção. O DEM, mantendo-se como o maior partido de oposição, eleveu ligeiramente sua bancada de 6 para 7 deputados.

No Ceará, a oligarquia Ferreira Gomes (PDT) aumentou sua força, em detrimento de aliados e adversários. Seu candidato a presidente obteve 13 milhões de votos, e seu candidato a governador (formalmente no PT), elegeu-se no 1º turno, com quase 80% dos votos válidos. A oligarquia elegeu 1 senador e viu sua bancada na Assembleia Legislativa ampliar-se de 12 para 14 deputados; o mesmo ocorrendo com seus deputados federais, que saltaram de 4 para 6. O PT que, há dez anos, mantém sua aliança com os Ferreira Gomes, oscila entre a estagnação e o recuo de suas forças eleitorais. A decisão de retirar a candidatura própria ao Senado, que resultaria, certamente, na reeleição de José Pimentel, para compor uma grande coalizão com MDB e PDT, cobrou um alto preço. Conservando sua bancada na AL de 4 deputados estaduais, viu, porém, sua bancada federal recuar de 4 para 3 deputados. A aliança do PT com os Ferreira Gomes e, mais recentemente com o MDB, tem fortalecido seus aliados, às expensas de sua influência. Entre os velhos partidos tradicionais, o MDB e o PP sofreram uma grande derrota. O PP foi o partido que mais perdeu, caindo de 6 para 3 deputados estaduais. O MDB, a fim de conservar suas posições, frente a uma enorme deterioração política, foi obrigado a largar a oposição e aderir, de última hora, ao bloco PT-Ferreira Gomes, no Governo. Mesmo com toda a ajuda da cúpula do PT, o MDB saiu derrotado na disputa para o Senado, e viu retroceder suas bancadas, tanto da Câmara Federal (de 3 para 1), como da Assembleia Legislativa (de 6 para 4 parlamentares). A aliança oposicionista PSDB/PROS, que se enfraqueceu no último período, só pode manter suas posições em virtude da adesão dos restos do PR, que implodiu com sua passagem da oposição ao governo. O ultradireitista PSL que, ao contrário, teve um ligeiro aumento de suas forças, saltando de 0 para 2 parlamentares na AL, e elegendo 1 deputado federal, mostra como a ultradireita ainda está longe de se tornar uma ameaça à governabilidade da aliança PT-PDT.

No Piauí, a reeleição de Wellington Dias assegura uma longevidade inaudita ao PT, à frente do governo do Estado por 4 mandatos. A vitória apertada no primeiro turno, porém, assinala que os ataques promovidos pelo governo são cada vez mais sentidos pelas massas, e favorecem os adversários mais à direita, como SD e PSDB. A vitória do PT no estado também foi assegurada pelas alianças oligárquicas. Wellington Dias, para vencer em 2014, teve de se aliar a Ciro Nogueira, do PP, acusado de receber propina da Odebrecht e, mais tarde, defensor do impeachment de Dilma. Ciro Nogueira, que votou pela reforma trabalhista de Temer e pela PEC 55, foi reeleito ao Senado em coligação e com a importante ajuda do PT. O putrefato MDB, às custas da aliança com PT, saiu fortalecido, com 1 senador eleito, e a maior bancada da assembleia (6 deputados, seguidos do PT e PP, com 5 cada um). A aliança PT-PP-MDB, que constitui a base de sustentação de Wellington, é amplamente apoiada pelas oligarquias e uma importante fração da burguesia, o que tem determinado, em grande medida, a fraqueza da oposição, que conta três deputados apenas, em três diferentes partidos (PSB, PSDB e PV).

No Maranhão, mais que em qualquer outro estado, a governabilidade e a reeleição de Flavio Dino (PCdoB) deveu-se à divisão das inúmeras oligarquias, e sua relativa centralização em torno do novo governo. O governo sustenta-se na aliança do estalinismo corrompido com o PPS, DEM e o PDT. Entre os partidos da base

aliada, o PDT, saltando de 4 para 7 deputados estaduais, se fortalece às custas do PCdoB, que perdeu a maior bancada, caindo de 8 para 6 parlamentares, enquanto o DEM se mantém estável, com seus 5 deputados. O enfraquecimento do sarneísmo, que se organiza em dois partidos (MDB e PV), e é a principal oposição a Flávio Dino, foi acentuado pela derrota de Roseane Sarney ao governo estadual, ainda no 1º turno. O fracasso de Sarney Filho e Edson Lobão, na disputa pelas 2 vagas ao Senado, e a redução das bancadas parlamentares do MDB e PV (caindo de 4 para 2, e 4 para 3, respectivamente), completa o quadro de derrocada da velha oligarquia. O PCdoB, que se aliou ao empresário Carlos Brandão do PRB (vice-governador), corrompeu-se muito rapidamente no jogo das oligarquias estaduais. Flávio Dino, que apoiou Aécio Neves, em 2014, contra Dilma, é acusado de usar a PM para espionar opositores e servir-se da máquina estadual para atacar a família Murad, aliada dos Sarney, em Coroatá. No Maranhão, tal como nos demais estados, as alianças locais e estaduais ditam a política por cima dos princípios gerais e do programa dos partidos.

A vitória de Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte (coligação PT/PC do B/PHS), expressou simultaneamente a divisão, o reagrupamento e mesmo a falência de certos grupos oligárquicos. O PSDB saiu derrotado, perdendo deputados históricos, como Márcia Maia, Gustavo Fernandes e Larissa Rosado, todos representantes das oligarquias Maia e Rosado. A redução de 7 para 5 deputados assinalou que os tucanos pagaram o preço pelo apoio ao impopular Robinson Faria (PSD). O MDB, reduto dos Alves, atingido por escândalos de corrupção envolvendo a Odebrecht (prisão de Henrique Eduardo Alves, etc.) caiu ainda mais acentuadamente, de 5 para 2 deputados. O PT saiu fortalecido das eleições, com o triunfo para o governo do estado, o crescimento de 1 para 2 deputados estaduais, e a eleição de 2 deputados federais, quando não possuía bancada. A derrota de 2 patriarcas das oligarquias, Garibaldi Alves Filho (MDB) e de Geraldo Melo (PSDB) para os neófitos, capitão Styvenson (REDE) e Zenaide Maia (PHS), na disputa pelo Senado, expressa a tendência de declínio das oligarquias mais tradicionais. A aproximação do PT com novos setores das oligarquias e com o empresariado da FIERN indica que seu governo não poderá deixar de atacar os trabalhadores e o funcionalismo, como resultado das pressões da crise e da urgência de redução dos gastos.

Na Paraíba, onde, durante muito tempo, as disputas interoligárquicas se revestiram da forma de um embate entre o PSDB e PMDB, a eleição do sindicalista Ricardo Coutinho (PSB), em 2011, promoveu um acentuado realinhamento das forças, e indicou o esgotamento da velha disputa. O apoio do PT a José Maranhão (PMDB) contra a aliança do PSDB-PSB assinalou que, desde cedo, o PT estabeleceu conexões com as oligarquias locais. Em 2014, ao enfrentar o ex-aliado PSDB, de Cássio Cunha Lima, e derrotá-lo por pequena margem, foi possível a Coutinho, de posse da máquina estadual, acercar-se de grupos oligárquicos de menor expressão, e se fortalecer, tanto contra o PMDB, como contra o PSDB. Graças a essa força, pode assegurar a eleição de João Azevedo (PSB), em 2018. O apoio fragmentado de pequenos e médios partidos (Podemos, Avante, PDT, PPS, PTB, etc.) esteve na base da governabilidade, e continuará sendo o fiador do próximo governo. Apesar das inúmeras oligarquias manterem suas posições, elegendo 80% dos deputados, as últimas eleições mostraram o enfraquecimento do MDB, que caiu de 4 para apenas 1 deputado estadual, perdendo também seus 3 deputados federais; e da coligação PSDB-PV,

que apesar de ter saltado de 1 para 3 federais, perdeu as eleições para o Senado, onde seu nome mais forte, o atual senador Cássio Cunha Lima, sofreu uma importante derrota. Ao passo que o PSDB, a principal oposição, viu sua bancada na Assembleia Legislativa diminuir de 4 para 3 estaduais, o PSB, que reacomoda parte dessas antigas frações oligárquicas, foi o grande vitorioso nas eleições, emplacando o governador, 1 senador e saltando de 5 para 8 deputados estaduais. Seu fortalecimento contrasta com a fraqueza do PT, que perdeu seus únicos 2 deputados estaduais.

Em Alagoas, a oligarquia dos Calheiros, no MDB, obteve uma vitória indiscutível sobre seus rivais, os Collor e os Vilela (PSDB), à frente de uma coligação com 17 partidos. O MDB passou de 3 a 6 deputados estaduais, reelegeu o atual governador, Renan Filho, no 1º turno, e emplacou Renan Calheiros para o Senado. A coligação oposicionista (PTC, DEM, PSDB, PRB, PSB, PP, PSC) obteve menos de 8% dos votos, e teve derrotas importantes, como a não reeleição de Pedro Vilela para a Câmara de Deputados, e a do golpista Benedito de Lira para o Senado, assim como a desistência de Collor para a disputa ao governo do estado. Embora o PSDB tenha ganhado uma das vagas para o Senado, o partido perdeu a disputa para o governo e passou de 4 a apenas 2 deputados estaduais; DEM e PROS, que possuíam 2 deputados estaduais cada um, ficaram com apenas 1; o PSB perdeu seus dois deputados, e o PRB não reelegeu nenhum. Por sua vez, os partidos da coligação governamental se saíram melhores, com PP e PRTB alcançando 4 deputados cada. O PT, que se aliou ao MDB, conseguiu reeleger seu deputado federal, Paulão, mas perdeu seus 2 deputados estaduais.

Em Sergipe, a eleição de Belivaldo Chagas (PSD) representa não apenas o continuísmo em relação a Jackson Barreto (MDB), mas, principalmente, em relação à coligação PT-MDB, que rompeu o domínio dos Alves (DEM) sobre a máquina do Estado, desde 2006. A derrota de Valadares Filho (PSB) para o governo do estado, e a de seu pai, o golpista Antônio Carlos Valadares (PSB), que tentava a reeleição para o Senado, expressaram o declínio, ao menos temporário, da odiada família Valadares. Por outro lado, a aliança PT-MDB que se mantém no governo há 12 anos, e agora governará por mais 4, não deixou de cumprir o papel de governo burguês defensor dos latifundiários e do agronegócio de culturas cítricas, contra as massas trabalhadoras. As recentes fricções entre PT e MDB, em razão do impeachment de Dilma, levaram o PT a não abrir mão de sua candidatura própria ao Senado, o que permitiu um relativo fortalecimento, com a eleição de Rogério Carvalho. O reformismo saiu fortalecido das eleições estaduais, com o posto do vice-governador (Eliane Aquino), 1 senador eleito e a manutenção de seus 2 deputados estaduais e 1 federal. As oligarquias mantiveram sua força com o MDB e o PSD, elegendo 4 deputados estaduais cada, contra 1 do oposicionista PSB, e nenhum do DEM. O oligarca João Alves (DEM), derrotado por Marcelo Deda, do PT, em 2006, apoiou Valadares Filho para o governo do estado, enquanto o ex-governador Jackson Barreto (MDB), e o líder do Governo Temer, Dep. André Moura (PSC), apoiaram Belivaldo Chagas, em aliança com o PT. O alinhamento do reformismo com a burguesia e as oligarquias no estado mostra como o PT trabalha contra a independência de classe e contra um governo próprio dos explorados.

7 - As eleições e as esquerdas no Nordeste

As correntes que se reivindicam do movimento operário e do socialismo, no Nordeste, colocaram-se no campo do eleitoralismo,

ora com posições mais à esquerda, ora mais à direita. Crises, cisões e reagrupamentos não deixaram de acontecer no último período, sem que tais movimentações tenham expressado o fortalecimento de um pólo revolucionário e de independência de classe no interior do proletariado.

Depois de tentar se reerguer em alguns estados do Nordeste, como no Ceará, seguindo os movimentos do reformismo petista, o PCO mergulhou em uma crise que, em alguns estados, terminou com sua implosão. Durante os dois últimos anos, o Partido da Causa Operária distinguiu-se não apenas pela defesa enfática do PT contra a Lava Jato, e pela revogação do impeachment de Dilma no STF, como também pela defesa irrevogável da candidatura de Lula à presidência da República. Colocando-se à sombra do PT, renegou a independência de classe, e foi arrastado por esse mesmo reformismo para o campo da disputa interburguesa. A decisão da direção nacional de lançar abruptamente candidaturas próprias em 5 estados (PI, CE, PE, AL, BA), para se diferenciar do PT, e não apoiar a candidatura de Haddad (que marcou para o PCO a aceitação de eleições fraudulentas por parte do PT), determinou diretamente o estilhaçamento dele no Ceará. Seu candidato a governador, antigo membro da burocracia sindical da Apeoc, e petista extraoficial, rompeu para chamar voto em Camilo Santana (PT) e Haddad (PT). A adaptação cega ao reformismo, o abandono do marxismo e o eleitoralismo senil cobraram seu preço, na forma de derrocada do PCO na região.

A crise e a consequente cisão do PSTU, há dois anos, deixaram suas sequelas no Nordeste. A crise teve particularidades conforme cada estado; em alguns, sendo mais superficial (RN), em outros, mais profunda (CE). Em alguns estados, a cisão resumiu-se aos setores da pequena burguesia e da juventude; em outros foram arrastados militantes operários. A cegueira política em relação ao golpe de 2016 foi o estopim de uma cisão que vinha se preparando molecularmente, com o desenvolvimento de uma ala oportunista no partido. A ruptura dessa ala arrastou importantes quadros e sindicatos, mas reforçou, no interior do centrismo, sua ala esquerda que, nem por isso, deixou sua orientação eleitoreira. Contudo, com o domínio desta última, incluindo aí a burocracia sindical, ocorreu uma virada de posições rumo ao centrismo de esquerda. O PSTU, que lançou candidaturas na maioria dos estados do Nordeste, em 2018, teve um desempenho inferior ao de 4 anos atrás, caindo de 72 mil para cerca de 40 mil votos para governador, o que demonstra – ainda que sob a ótica deformada das eleições – uma significativa perda de influência política, especialmente na pequena burguesia. A crise do PSTU é expressão, não apenas dos grosseiros erros políticos cometidos nos últimos anos, mas, igualmente, do oportunismo político, que serviu e serve de base para sua construção partidária.

Do ponto de vista eleitoral, o PSOL sai pouco fortalecido do escrutínio de 2018. Sua expressiva votação no Nordeste, se comparada à do centrismo (483 mil votos, em 2014; 465 mil, em 2018) indica que sua influência abarca uma parte significativa da classe média arruinada. Mas, o fato do reformismo psolista ter obtido apenas um pequeno crescimento, saltando de 2 para 4 deputados estaduais na região, significa que se fortaleceu pouco às custas do reformismo petista, que conserva intactas suas bases eleitorais.

Do ponto de vista da direção sindical, porém, ganhou o reforço de uma ala inteira do PSTU, que dá aos psolistas, pela primeira vez, uma base operária em alguns estados. O que também

pode vir a ocorrer, desta vez com uma base popular, no caso de uma aproximação com o MTST. O PSOL sai das eleições com uma aparência de fortalecimento político, não apenas eleitoral, mas também no interior dos movimentos sociais. Nas mãos do PSOL, no entanto, os sindicatos operários arrancados da influência do PSTU, tendem a caminhar para posições mais à direita, dando um salto na política de colaboração de classes com os patrões, e servindo mais abertamente a fins eleitoreiros. A luta intestina no interior da Conlutas, com a disputa pela direção em alguns estados, como no Ceará, ainda não permite um resultado certo. A direção nacional do centrismo tende a acomodar a direção psolista à frente das entidades estaduais, a fim de evitar uma ruptura dos sindicatos com a própria central e seu ingresso na Intersindical. Não se pode descartar, contudo, a possibilidade do PSOL, vindo a fortalecer suas posições, com a aproximação do MTST, e a conquista de mais sindicatos, forçar a ruptura decisiva e fraturar a Conlutas. O MTST, que teve um crescimento expressivo no Nordeste, nos dois últimos anos, continua na órbita dos neoreformistas, e mantém seu elo de vinculação semiorgânica com o PSOL, através da Frente Povo Sem Medo.

O ingresso dos ex-morenistas do ‘Resistência’ nas fileiras no reformismo, longe de ajudar a forjar uma ala esquerda e operária no PSOL, impulsiona suas tendências mais direitistas. Não casualmente, abandonou o trotskismo e a bandeira de reconstrução da IV Internacional. Seu programa eleitoral sequer esteve voltado à defesa das condições de vida das massas assalariadas, vindo a dissolver-se no feminismo e no discurso de combate às opressões. Sua juventude e setores pequeno burgueses têm sido os mais pródigos em se afastar do programa de classe e arrastar consigo sua ala sindical. O discurso de “reagrupamento das esquerdas” em torno do PSOL, levantado como uma das justificativas para a ida ao encontro do neoreformismo, serviu para acobertar o oportunismo eleitoral, e rejeitar a tarefa de construção do partido-programa. Sob esse aspecto, o crescimento do PSOL não serve à tarefa da revolução proletária, mas, ao contrário, ergue-se como barreira. O PCB, que tem constituído blocos sindicais e eleitorais com o PSOL em nome da frente de esquerda, tem sido arrastado pelo reformismo. Sua dependência em relação ao PSOL demonstra que o stalinismo conserva ainda toda sua natureza pequeno burguesa.

8 - Capitalismo e burguesia no Nordeste

Originalmente, a forma pré-capitalista de produção foi introduzida no Nordeste de fora para dentro, impulsionada pelas exigências da economia mundial. Com algumas particularidades, seguiu a marcha do desenvolvimento nacional. A abolição do trabalho escravo e o plantio de novas culturas agrícolas foram condições para o avanço das forças produtivas. No passado, a produção de cana-de-açúcar e, a seguir, o comércio de charque, algodão, café e cacau serviu de base para a acumulação primitiva de capitais. As primeiras indústrias surgem ligadas a matérias-primas abundantes, como a têxtil, em razão do algodão; a de óleos e sabão, pela profusão de cocais; e as usinas de álcool/aguardente, pela abundância da cana. A burguesia que se forma lentamente no Nordeste é, em parte, produto do aburguesamento das oligarquias latifundiárias tradicionais (processo mais visível na zona da mata, com os usineiros) e, em parte, produto do desenvolvimento do comércio e dos serviços nas grandes cidades em expansão. Essa burguesia, que é parte inseparável da burguesia brasileira, reflete, contudo, o carac-

terístico atraso da região, seu anacronismo secular, a velha herança colonial, e a assombrosa lentidão na transformação das relações de produção. O capitalismo atrasado e de economia combinada do Brasil tem, no Nordeste, seu polo mais arcaico e contraditório, onde as formas primitivas de produção, firmadas de maneira mais sólida que em qualquer outro lugar, se deparam com pequenas e ativas ilhas de desenvolvimento capitalista e industrial. Embora o agronegócio tenha transformado a paisagem em 5 ou 6 macrorregiões do Nordeste, conserva-se ainda a estrutura latifundiária, lado a lado com dezenas de milhares de minifúndios de agricultura tradicional, e submetidos a uma pobreza sem par. Até meados do século XX, os setores oligárquicos combinavam as velhas práticas de mando individual sobre os trabalhadores e comunidades interioranas (coronelismo, voto de cabresto, controle da vida social e pessoal, grupos de jagunços), com a participação no mercado internacional, e a disputa de poder no aparelho do estado. No final do século, a semidissolução das velhas formas de dominação não impediram o controle das famílias tradicionais sobre prefeituras, governos estaduais, assembleias legislativas e Congresso Nacional. A burguesia nordestina, portanto, é oligárquica, isto é, expressa menos seus interesses nacionais de classe do que propriamente seus interesses regionais e corporativos, estabelecendo, para tanto, alianças partidárias locais completamente avessas às nacionais. Para ela, é imperativo apoiar-se no Estado e viver parasitariamente à sua sombra, a fim de ampliar seu império econômico: controle dos meios de comunicação (rádios, TVs, jornais), indústrias e fazendas. As estruturas nacionais, criadas para o desenvolvimento regional e o combate à seca, como DNOCS, CODEVASF, SUDENE, CHESF, BNB, necessitam estar sob o seu manejo e são, de tempos em tempos, objeto de violentas disputas internas.

A exigência dos usineiros da zona da mata (alagoana e pernambucana), por proteção fiscal do estado contra as ameaças da maior produtividade agrícola do setor sucroalcooleiro do Centro-Oeste, constitui um exemplo emblemático da ação da burguesia oligárquica. Contudo, se de um lado exige a intervenção protetora dos governos, de outro, esfolia vivo o operário agrícola, o bóia-fria cortador de cana, e expulsa sem piedade o trabalhador rural (sertanejo) de suas terras.

A melhora de indicadores sociais (mortalidade infantil, etc.) e econômicos (maior fornecimento de energia, aumento das exportações de commodities, maior qualificação da força de trabalho) somados às políticas de incentivos fiscais dos anos 1990 e 2000, propiciaram a atração de investimentos nacionais e estrangeiros. A estratificação das novas classes médias (técnicos, engenheiros, químicos) e o crescimento da burguesia ligada ao setor de serviços, comércio e indústrias leves (bebidas, têxtil, calçadistas, etc.) foram profundamente impulsionados por esses investimentos. Até a década de 1970, o Nordeste desconheceu as grandes instalações industriais. A burguesia regional, com seus pequenos capitais, só foi capaz de empreendimentos de porte médio; e a primeira grande instalação regional coube à ação estatal (Refinaria Landulpho Alves, na Bahia), como de resto, as obras de infraestrutura pesada (rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas). Apesar do desenvolvimento de algumas grandes indústrias, a partir dos capitais regionais, a dependência dos investimentos estatais (Refinaria Abreu e Lima), do capital nacional (Vale, Estaleiro Atlântico Sul), ou de multinacionais (Companhia Siderúrgica do Pecém, Ford, Fiat-Chrysler) prossegue.

Os grandes investimentos industriais, que têm alterado brusca-mente o valor e a composição da pauta de exportações, fez crescer também o processo de desnacionalização, e o de maior controle da economia pelo capital internacional. A privatização de aeroportos (Salvador, Fortaleza, Natal), de terminais e portos (Pecém, Itaquí) coloca esses ativos nas mãos de companhias estrangeiras europeias e asiáticas. O mesmo ocorrendo com a penetração do capital, por meio da participação acionária, ou aquisição completa de empresas, sediadas, no todo ou em parte, do Nordeste (Ypioca, Amacoco, Ebba-Dafruta e Maguary). A burguesia nordestina, historicamente atrelada e dependente em relação à grande burguesia do Sudeste, se subordinada, agora, cada vez mais diretamente, ao domínio do capital financeiro.

O peso social dessa classe, no conjunto da população do Nordeste, é substancialmente inferior, se comparado a seu peso nos estados mais desenvolvidos do Sudeste, e especialmente São Paulo. O fato de que, entre os 70 bilionários do país, apenas 5 pertençam ao Nordeste (J. Macedo e M. Dias Branco, no Ceará; Odebrecht, na Bahia; e Guararapes/Riachuelo, no Rio Grande do Norte) indica que, proporcionalmente ao número de habitantes, os estados do Nordeste possuem uma classe burguesa numericamente insignificante, controlando as alavancas da economia sobre um mar de pobreza. Esses dados revelam, não apenas a fraqueza do desenvolvimento capitalista na região, o baixo nível de suas forças produtivas – e indiretamente do poder de sua burguesia –, mas também a elevada concentração de renda regional. Embora possua uma taxa relativamente alta de urbanização, o Nordeste viu a edificação de suas metrópoles muito mais como processo de expulsão de trabalhadores do campo e do êxodo rural, que desaguaram em imensas concentrações de miséria e violência urbanas, do que propriamente de seu desenvolvimento comercial-industrial. Uma diminuta burguesia moderna nas cidades, um enorme peso pré-capitalista no campo, uma fração oligárquica que se socorre do Estado e, por cima de todos, a sombra do grande capital nacional e do imperialismo.

9 - A questão agrária e o movimento camponês

A estrutura fundiária do Nordeste, junto à insuficiente inversão de capitais, permanece como um dos maiores entraves ao desenvolvimento das forças produtivas da região. Os minifúndios, que são mais de 70% das propriedades, e possuem acesso a apenas 8% das terras agricultáveis, têm sido duramente castigados pelo limitado acesso ao crédito, pela concentração de terras e dos recursos hídricos. Os 14,2 milhões de explorados, que compõem a população rural do Nordeste (metade da brasileira) dependem, em grande medida, das pequenas propriedades familiares e do arrendamento de terras dos grandes proprietários. O seu limitado tamanho, entre 1 e 5 hectares, e o baixo nível técnico empregado no cultivo, expõem as raízes da pobreza rural arraigada e generalizada. Para a minoria rica dos grandes latifundiários (que representam apenas 1% dos proprietários), com fazendas superiores a 500, 1000, 5000 hectares e possuidores de quase 50% das terras disponíveis e até 80% do crédito rural, a exclusão dos explorados do acesso à terra é condição necessária para manterem, no campo, uma mão-de-obra farta e de baixo custo. Os semiproletários agrícolas do Nordeste não têm outra saída, senão fornecer força de trabalho barata durante uma época do ano, em razão de seus poucos cultivos. Os programas governamentais mantidos na era petista, como Seguro Safra, Pronaf, etc., não modificaram as tendências de

concentração de terras no campo. Dessa forma, confirma-se a tese de que quaisquer medidas para aliviar a situação dos camponeses e trabalhadores rurais assalariados, que não sejam pela expropriação do latifúndio e entrega das terras a quem nelas mora e trabalha, não podem ter qualquer caráter seguro e duradouro.

A “reforma agrária”, promovida por meio das políticas de assentamentos, sofreu um retrocesso brutal nos últimos anos. As estatísticas mostram que, desde o fim do segundo mandato de Lula, o número de assentados pelo Incra reduziu-se gradualmente, caindo de 70 mil, em 2008, para 39 mil, em 2010, e 26 mil, em 2015. No ano do impeachment de Dilma, 2016, o número de assentados, que chegou a apenas 1.686 famílias, zerou totalmente em 2017, sob a ditadura civil de Temer. A lei nº 13.465/17, editada pelo governo golpista, que alterou os parâmetros de cadastro e seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária, teve o objetivo de dificultar os assentamentos, e cortar a fundo os recursos destinados às famílias de sem-terra. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em outubro de 2016, consistiu em outra medida de Temer voltada a atacar os camponeses e assinalar a eliminação das políticas de assentamentos como meta de governo. O MDA, sob o comando petista, esteve pressionado e cerceado pelos ruralistas e suas federações patronais. A pouca margem de ação, assim como a limitada dotação orçamentária, pelo governo reformista, expressou a impossibilidade do PT/Dilma em corresponder efetivamente às necessidades reais dos pobres do campo. Com sua extinção formal, Temer livrou-se da necessidade de manter qualquer compromisso de acesso à terra por parte dos camponeses. A política do governo ditatorial de Bolsonaro será a de reduzir ao mínimo os assentamentos, e combiná-los com a dura repressão às lideranças do MST. O que exige a unidade na luta por parte dos oprimidos pela reivindicação de terra aos camponeses pobres.

As lutas camponesas, ainda que tenham refluído nos últimos anos, não foram paralisadas. O número de assassinatos, os protestos contra o uso de agrotóxicos, as ocupações de terra, os conflitos agrários entre assalariados rurais e capitalistas do campo, o corte de recursos para os assentamentos, a ofensiva do agronegócio, o avanço do desmatamento, a destruição do meio ambiente e a violência contra os povos indígenas são expressões de que a luta de classes no campo tende a se projetar.

A ocupação das terras improdutivas do grupo Claudino, dono da rede de lojas Armazéns Paraíba, por 100 famílias em Pindaré Mirim, no Maranhão; a entrada de 400 trabalhadores rurais sem-terra nas fazendas improdutivas da Frutmag, no norte da Bahia; a resistência das 500 famílias no acampamento Irani de Souza, em Casa Nova, Bahia, a ação da PM, Polícia Federal e seguranças da Codevasf para destruir suas plantações; as ações judiciais e policiais para desocupação e despejo de famílias, que ocupavam fazendas e engenhos falidos ou em dívida com a União, em Pernambuco; o despejo violento das 30 famílias de sem-terra acampadas na fazenda Araçás, em Graccho Cardoso, Sergipe; o ataque e incêndio ao acampamento Riacho da Pedra, na zona da mata pernambucana; a reintegração de posse violenta da área do acampamento Filhos da Luta, no sertão central de Pernambuco, e a resistência de famílias sem-terra contra a ação de despejo e reintegração de posse da área do acampamento Zé Maria Tomé, em Limoeiro do Norte, Ceará, mostram que, entre 2016 e 2018, continuaram sendo travadas duras lutas pela terra.

O registro de todas essas lutas no Nordeste tem mostrado que os

explorados do campo são empurrados às ocupações por suas condições atuais de miséria e sofrimento. Mas, demonstram, igualmente, a existência de uma crescente e violenta ofensiva dos ruralistas e agronegócio sobre o movimento camponês e o MST. Os assassinatos de camponeses e lideranças em todo o Brasil têm crescido nos últimos anos, saltando de 49, em 2015, para 70, em 2017. A entrada de estados como Bahia, Maranhão e Alagoas na lista dos que registram maior número de mortes no Nordeste indica que concentram as mais importantes áreas de disputa. Nem mesmo as lideranças indígenas têm escapado da sanha assassina dos latifúndios, como foi o caso do cacique Jorginho Guajajara, liderança da terra indígena Araribóia, no Maranhão. A vitória de Bolsonaro e da ultradireita fascizante abrirá um período de maior perseguição e repressão aos movimentos sociais em geral, e ao camponês, em particular. O governo autoritário pretende que o MST, o MTST e quaisquer grupos que promovam ações de ocupação sejam tipificados na lei antiterrorismo e exemplarmente punidos. Contra a repressão desatada pelo governo policial-militar de Bolsonaro aos sem-terra, é preciso responder com as bandeiras de frente única das organizações de luta, combate à repressão e criminalização dos movimentos sociais, e autodefesa dos trabalhadores do campo.

10 - O proletariado e o movimento operário no Nordeste

O proletariado do Nordeste, parte integrante do proletariado brasileiro, reflete as particularidades do atraso econômico e do baixo desenvolvimento capitalista que caracterizam a região. O número de proletários e semiproletários, empregados na indústria, alcançando a cifra de 3,4 milhões de operários, isto é, 14% a 15% do proletariado industrial do país, de 20-22 milhões, indica que mesmo o baixo desenvolvimento capitalista foi capaz de estruturar uma classe operária com milhões de trabalhadores no Nordeste. Somados demais segmentos do proletariado aos operários industriais na região – trabalhadores domésticos (1,3 milhão), operários agrícolas (300 mil), e os cerca de 4,5 milhões de proletários do setor de serviços (transporte, armazenamento, correios, serviços industriais, alojamento, comércio e alimentação) –, elevando o contingente de proletários a um total de 9 milhões de trabalhadores, indica a existência de uma reserva considerável de forças sociais na luta contra a burguesia.

As estatísticas mostram, contudo, que esse desenvolvimento não foi capaz de estratificar o proletariado da indústria em ramos muito variados, ao ponto de 4 ou 5 setores industriais concentrarem 80% desses trabalhadores, contra apenas 40% a 45%, em São Paulo. O raquítico parque industrial da região determina que a maior fração da classe operária seja constituída ainda por trabalhadores da construção civil, correspondendo a quase 1 milhão de trabalhadores formais, informais e por conta própria. Os 391 mil operários formais da construção civil no Nordeste (contra 1,8 milhão no Brasil) representam, do ponto de vista da classe, o mais importante segmento da categoria, por estar situado, precisamente, no coração da indústria, e diretamente vinculado à grande produção mecanizada. Sua distribuição pelos estados, determinada pelo grau de desenvolvimento econômico e concentração populacional, indica que Bahia (100 mil), Pernambuco (70 mil) e Ceará (65 mil) concentram os maiores efetivos do setor.

No Nordeste, o número de operários da indústria com empregos formais e pertencentes às empresas de médio e grande porte,

alcançando apenas 1,4 milhão – dos quais 350 mil na Bahia, 293 mil no Ceará e 285 mil em Pernambuco – mostra como ainda é diminuto o peso social do operário industrial de grandes empresas, no conjunto da população (2,5%). A pouca diversificação industrial, por estado, expressa a existência dos desequilíbrios dentro da própria região Nordeste. Segundo as estatísticas, o peso da construção civil no número de empregos formais é maior ou menor, conforme o grau de atraso industrial em cada estado. Ao passo que a Bahia tem apenas 33% de seus operários formais na construção civil, e pelo menos 25% na petroquímica e química, número similar ao de Pernambuco, que possui também 15% e 7%, respectivamente, nos setores de alimentos e petroquímica; ou do Rio Grande do Norte, que possui 37% na construção civil e 22% no setor de petróleo e gás; o Piauí possui mais de 61% de seus operários formais nesse setor, contra 40% de média no Nordeste e apenas 22% no Sudeste.

O desenvolvimento de recentes projetos industriais (siderúrgicas, refinarias, estaleiros, montadoras de automóveis), contrasta com uma classe operária na região que suporta os piores salários, as maiores taxas de informalidade, desemprego, desalento, e possui as menores taxa de escolaridade, comparadas à média de outras regiões. Os salários médios dos trabalhadores domésticos (R\$ 884,00) e dos trabalhadores informais (R\$ 1.258,00) expressam bem o grau de superexploração suportado pelas camadas mais depauperadas do proletariado do Nordeste. A burguesia descarregou com violência as perdas com a recessão de 2014-2015 sobre os trabalhadores e parte da classe operária, que pagaram com seus empregos e salários. As elevadas taxas de desemprego, que chegam a quase 16% da PEA no Nordeste, contra 8,4% no Sul, e 13% no Brasil, assim como a de desalento (maior também no Nordeste), indicam que parte da classe foi desintegrada, como resultado da destruição de forças produtivas. O nível insuficiente de qualificação e escolaridade da classe operária no Nordeste reflete o insuficiente desenvolvimento das forças produtivas locais. Enquanto, na Bahia, 68% dos operários industriais possuem ensino médio completo, no Ceará, esse percentual cai para 63%, e chega a apenas 59%, em Pernambuco, diminuindo ainda mais em outros estados menos industrializados. A média da região Nordeste, de 59,6% dos operários com ensino médio, é marcadamente inferior à de São Paulo, com 70%, o que significa que apenas uma pequena minoria alcança maior qualificação técnica (ensino superior e tecnológico), em contraste com uma grande massa de operários analfabetos e semianalfabetos, que possuem, de longe, um enorme peso social.

A concentração da indústria, que se reflete no fato de menos de 10% das grandes e médias empresas empregarem mais de 2/3 do total de trabalhadores formais no Nordeste, facilita de sobremaneira a luta do proletariado contra as péssimas condições de trabalho, os baixos salários e em defesa de direitos. Por outro lado, a constatação de que os empregos informais (nas pequenas empresas) e daqueles de 'conta própria' constituem mais de 50% da ocupação na área, é um fator de dispersão e obstaculização da luta organizada por melhores condições de vida. A taxa de sindicalização nos estados do Nordeste, embora similar e até ligeiramente mais alta que no Sudeste (14,9% a 14,1%, em 2017) esconde uma marcante contradição. Alcançando percentuais mais altos nos estados menos industrializados do Piauí e Maranhão, o elevado número de filiações sindicais indica que são os trabalhadores rurais os que se mobilizam e se organizam junto às suas entidades, contando com a vantagem de terem menos impedimentos patronais à sua organização

do que os operários industriais, diuturnamente ameaçados de desemprego em caso de envolvimento na luta, e de aproximação com seu sindicato, o que significa que permanece, portanto, a tarefa de lutar pela elevação da consciência de classe dos explorados fabris.

As lutas registradas no último período, em especial as de natureza econômica e corporativa, tiveram baixa participação da classe operária, em certo contraste com as lutas nacionais, de caráter mais ou menos político. A greve geral de 28 de abril e os dias nacionais de paralisação convocados pela CUT e demais centrais em 2017, contaram com a participação de um contingente importante de operários, que realizaram assembleias e votaram pela adesão ao dia 28/04, a exemplo de metalúrgicos, petroleiros, químicos, vigilantes, operários da construção civil, alimentação, motoristas, trabalhadores dos correios, entre outros. O fato de, em São Luís, motoristas de ônibus terem parado 100% da frota, assim como os peões terem largado os canteiros de obras, no Ceará, e os trabalhadores do CIPP terem paralisado o acesso ao Porto do Pecém, tal como em Pernambuco, onde também foram bloqueadas as entradas de Suape, forçando a suspensão do funcionamento (ainda que parcial) do porto, indicam que certas camadas do proletariado estão dispostas à luta, usando de seus próprios métodos. A baixa adesão à paralisação de 72 horas dos petroleiros, em maio, contra o aumento de combustíveis, e o desmonte da Petrobrás, atingindo algumas refinarias, sem, contudo, paralisá-las, assim como a pouca participação dos trabalhadores da Eletrobrás no protesto nacional contra a privatização da empresa, em julho-agosto, indicam que os setores melhor remunerados do proletariado continuam a ser os mais controlados por sua burocracia sindical.

O balanço geral das lutas travadas nos últimos 5-8 anos mostra que o setor mais dinâmico da classe operária no Nordeste é aquele representado pelos trabalhadores da construção civil. As lutas de maior envergadura no Nordeste foram travadas pelos operários, especialmente em razão das grandes obras estruturantes: portos, refinarias, siderúrgica, etc. A greve de Suape, de 2012, na construção de Abreu e Lima, que levou 40 mil operários a entrarem em choque com a direção traidora do sindicato Sintepav-PE (Força Sindical) e a enfrentarem a patronal por salários e contra superexploração; a greve dos trabalhadores das obras da usina Siderúrgica do Pecém, em 2014, que levou 5 mil operários a cruzaram os braços, levantarem barricadas contra ação da polícia, e exigirem 30% de reajuste nos salários, assim como as inúmeras greves operárias das obras de transposição do rio São Francisco, entre 2014-2017, contra salários atrasados, demissões, férias vencidas, participação nos lucros, superexploração, entre outras reivindicações, foram exemplos de como essas camadas mais oprimidas da classe operária tomam a dianteira da luta, com ações radicalizadas. O tamanho da indústria, com lucros fabulosos, o grande número de contratações, a procura sempre corrente por mão-de-obra que, em algumas ocasiões, chega a exceder o número de braços disponíveis no mercado; a certeza de que, mesmo desempregado, o trabalhador não ficará sem trabalho, haja vista a demanda por pequenas empleitadas (situação completamente oposta à do operário fabril, onde as grandes fábricas são raras, a procura por mão-de-obra é sempre menor, a pressão dos desempregados é elevada, e a possibilidade de se virar no setor após demissão é nula), explicam as condições objetivas que estão na base da maior recorrência de greves na construção civil.

Os anos de traição do estalinismo e todo o período histórico de domínio do reformismo contrarrevolucionário, que se transfor-

maram num potente bloqueio, ainda não superado, para o desenvolvimento dos quadros operários marxistas-leninistas-trotskistas, determinaram o domínio da despolitização, da apatia e do colaboracionismo. A experiência com o centrismo, no movimento operário do Nordeste, mostra que a substituição do reformismo burguês pela burocracia sindical de esquerda à frente dos sindicatos em nada contribui para a superação da crise de direção. A penetração das ideias revolucionárias na classe operária será facilitada pela marcha da crise, pela reação instintiva dos operários e pelo disciplinado trabalho de propaganda dos revolucionários.

11 – Construir o POR no Nordeste

Diante da derrocada econômica do capitalismo, suas crises conjunturais e sua estagnação, que castiga as regiões mais atrasadas, como o Nordeste, é preciso batalhar para que os oprimidos se elevem à altura das tarefas de organização e defesa de suas condições de vida, duramente atacadas pela burguesia. As condições para que os explorados detenham a aplicação das reformas antinacionais e antipopulares são a unidade das suas organizações de massa e a exigência de que as atuais direções do movimento operário aprove um plano de lutas nas assembleias dos trabalhadores. A tarefa do partido revolucionário, ainda embrionário, é desenvolver intensamente a propaganda e a agitação para a constituição da frente única anti-imperialista, ou seja, da unidade da maioria nacional oprimida, contra o imperialismo, sob o programa operário.

Nos últimos dois anos, a crise de direção revolucionária no Brasil sofreu uma importante mudança de forma. Durante mais de uma década, no período que corresponde aos governos petistas, entidades como a CUT, CTB, MST, UNE e UBES estiveram estreitamente vinculadas ao Estado, por meio da política de colaboração de classes. O golpe que derrubou Dilma, lançou o PT no campo da oposição parlamentar e, com ele, as organizações de massa sob sua influência. A derrota do petismo, nas eleições antidemocráticas de 2018, reforçou o papel dos sindicatos no trabalho de recomposição eleitoral do reformismo. Embora estes se coloquem no campo da oposição burguesa e institucional, frente ao governo autoritário de Bolsonaro, encontram-se mais suscetíveis do que antes às pressões dos explorados, que querem combater, a todo custo, a avalanche de ataques do empresariado. Diante do alinhamento dos gover-

nos, do Congresso, das oligarquias, do capital financeiro e dos grupos fascistas para aplicar o pesado ajuste fiscal, os explorados dispõem-se a defender-se com a ação direta de massas, tal como o demonstrou a greve geral de 28 de abril de 2017.

A crise de direção, que se tem evidenciado nos grandes combates, em parte pela desorganização das lutas, em parte pelo boicote à convocação dos explorados às ruas, não poderá ser superada sem a edificação do partido-programa, que dirija uma fração do proletariado, e trave o combate contra a burocracia sindical. O governo usurpador de Temer conseguiu impor a lei da terceirização, a reforma trabalhista, o teto de gastos e a reforma do ensino médio, sem ter de enfrentar a classe operária com greve e nas ruas. O argumento de que não havia correlação de forças para a derrota do governo é falso e serve aos interesses do reformismo de amordaçar e dispersar a luta das massas. A resposta da burocracia aos ataques do governo, com a convocação de atos nacionais e, por fim, com a greve geral de 28 de abril de 2017, correspondeu às pressões das bases por uma luta nacional e unificada. A sabotagem das lutas, com o desmonte da resistência nacional e a canalização do descontentamento dos explorados para a disputa eleitoral, demonstrou o papel de freio que o reformismo traidor tende a cumprir no interior dos movimentos. A aplicação das violentas medidas econômicas, prometidas por Bolsonaro, aumentará o descontentamento das massas, acumulado pelas demissões, desemprego, subemprego, rebaixamento salarial, quebra de direitos, precarização da saúde, etc. Crescerá a pressão dos explorados para que os sindicatos expressem a revolta instintiva. A burocracia sindical reformista, e seus aliados de menor peso, têm seus próprios planos para canalizar esse descontentamento, que é impedir que seu ódio de classe seja transformado em luta consciente para a derrubada do governo. Os revolucionários, que intervirão com toda energia no próximo movimento de massas, estão obrigados a apoiar-se nos setores mais oprimidos do proletariado para defender o programa de expropriação da burguesia e a constituição do governo operário-camponês. Contudo, o caminho para a superação da crise de direção não será outro, senão o do urgente fortalecimento do Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional.

Resolução sobre a juventude

Contra o avanço da privatização, da desnacionalização e do obscurantismo religioso sobre a Educação!

Por um sistema único de ensino, estatal, gratuito, laico, para todos em todos os níveis e sob controle dos que estudam e trabalham! Em defesa do ensino vinculado à produção social!

1. A conjuntura educacional está marcada por uma série de medidas reacionárias dos governos e da burguesia. Avança a passos largos a privatização, a desnacionalização da educação, e a influência do obscurantismo religioso, além de uma violenta escalada de retirada de direitos. Mantêm-se o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho e estudo. Esses são os elementos que, de conjunto, expressam e aprofundam a grave crise da educação.
2. As reformas antinacionais e antipopulares atingem em cheio a educação e, em particular, a juventude. A reforma trabalhista

e a lei da terceirização impõem aos jovens as condições mais precárias de trabalho, que incluem os salários aviltantes, trabalho temporário, jornadas estafantes e ausência de direitos. Dificultam, assim, ainda mais, a combinação dos estudos com o trabalho. A parcela da juventude pobre, que consegue emprego, se depara com a informalidade e com as formas mais vis de contrato trabalhista. Isso no momento da vida em que sua capacidade e potencialidade têm tudo para se desenvolver plenamente. Acaba, no entanto, sendo mutilada. Portanto, a ditadura civil de Temer impôs a reforma trabalhista, que

além de ser um duro ataque ao conjunto dos trabalhadores, é uma brutal violência à juventude explorada e às suas necessidades de estudos.

3. O presidente usurpador, logo no início de seu governo de transição, aprovou a reforma do ensino médio. Trata-se de uma reforma regressiva. Ataca a educação pública, favorece a privatização, amplia o ensino a distância, e retira do Estado a responsabilidade de financiar a educação básica, em sua última etapa. Isso em um país em que boa parte da população mal consegue concluir o nível fundamental. As reformas educacionais, que foram implantadas no País, visam tão somente aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. A reforma de Temer é parte dessa orientação geral imposta pelo FMI e Banco Mundial. Sua essência é a de avançar a privatização e a desnacionalização da educação. Não por acaso, esteve e está assentada na PEC do Teto, que corta drasticamente recursos da educação. Suas consequências são o maior controle da educação pelos empresários do ensino, aumento da superexploração do trabalho, precarização das condições de estudo, demissão e expulsão de parte da juventude, que necessita frequentar o ensino médio noturno.
4. Os movimentos estudantil e dos professores se limitaram a denunciar a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lembremos que a BNCC é a materialização da concepção subjetivista dessa reforma, que tem por base a educação concorrencial, seletiva, obscurantista e privatista. O currículo nada mais é do que a concretização de princípios e valores subjetivos e reacionários, que nada têm a ver com a realidade contraditória do Brasil, marcada pela crescente miséria e pobreza, e com milhões de jovens que não estudam, nem trabalham. No entanto, o desmonte da greve geral de abril de 2017, o eleitoralismo das direções sindicais e a impotência do PT e aliados de organizarem o movimento unitário de resistência deixaram Temer de mãos livres para concluir a reforma, e indicar sua aplicabilidade aos governos estaduais e municipais. É nossa tarefa trabalhar por erguer a luta contra a implantação da reforma do ensino médio, a BNCC, partindo das reivindicações que unificam a juventude, os trabalhadores da educação e os explorados em geral. Essas reformas antinacionais e antipopulares farão parte do governo ditatorial e obscurantista de Bolsonaro. A via para derrotá-las é a da ação direta, da luta de classes.
5. Bolsonaro, para cumprir os objetivos da reforma, impôs o obscurantista Ricardo Vélez Rodriguez, que imediatamente desmontou a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), colocando em seu lugar as Secretarias de Modalidades Especializadas de Educação e de Alfabetização. A justificativa foi dada à imprensa pelo Presidente da República, por cima do ministro que estava sendo empossado, como se houvesse necessidade de o avaliar: “Formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista”. O sentido é óbvio: formar mão-de-obra barata, e eliminar as temáticas de direitos humanos, de educação étnico-racial e de diversidade, que ganharam força durante os mandatos petistas. O ministro, que tem orgulho de se intitular discípulo do mentecapto Olavo de Carvalho, responsável por sua indicação, inicia a sua gestão à frente da pasta dando o primeiro passo em sua Cruzada contra o que chamou de “marxismo cultural”, por vezes identificado como “gramscismo”, e contra as ditas “pautas nocivas aos nossos costumes”, ditadas por “agências internacionais”, e ligadas à “tresloucada onda globalista”. O discurso de posse e as subsequentes declarações, enfim, abundam em termos ideológicos marcadamente direitistas, girando sempre em torno do ufanismo reacionário do tipo “Deus, Pátria e Família”, lema dos Integralistas de Plínio Salgado, mas que bem poderia ser do atual presidente, Bolsonaro.
6. O nome de Vélez Rodrigues só foi cogitado após a rejeição, por parte das igrejas, do liberal Mozart Neves, do Instituto Ayrton Senna. Ficou evidente o “toma lá, dá cá”, revelando a hipocrisia do político do PSL, que tanto criticou a prática. Bolsonaro contraiu uma dívida graúda com os líderes religiosos, tendo em vista o enorme peso que tiveram em sua vitória. Mal acabaram as eleições e, antes mesmo de assumir, a fatura começava a ser cobrada. Vélez é um homem do meio militar, mesmo que não o seja de carreira. Era professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – instituição que forma oficiais de alta patente. Em comparação com Mozart, do ponto de vista ideológico, realmente está mais de acordo com a virada autoritária por que passa o país, contexto inaugurado pelo golpe de Estado de 2016, com a formação da ditadura civil de Temer, embora não estejam totalmente em desacordo em relação ao teor das medidas aprovadas desde então, como a reforma do ensino médio/BNCC, a lei da terceirização, a reforma trabalhista e a lei do teto de gastos. O pensamento de Vélez está alinhado e expressa bem as tendências fascizantes e obscurantistas da ditadura bonapartista estabelecida por meio da eleição de Bolsonaro.
7. A tendência é de que essa virada conservadora e obscurantista agrave os sintomas da falência do ensino. Os fatores de precarização e desmonte da educação pública, é verdade, já vinham se processando, há muito, inclusive sob as gestões petistas. A reversão das limitadas medidas adotadas durante a vigência da política reformista, no entanto, especialmente as ligadas ao problema racial e de gênero, deverá contribuir ainda mais para o quadro de decadência das escolas e universidades. E, agindo por cima desse quadro, estará a crise econômica, aprofundando a barbárie, que já recai sobre os ombros da juventude explorada.
8. A própria burguesia, através de suas instituições (IBGE/PNAD, IPEA, OCDE, Banco Mundial etc.), não pode esconder o estado de miséria, desemprego e opressão social em que vive a juventude brasileira. A parcela de jovens desempregados é muito superior à parcela de empregados, no geral. Em 2015, segundo o IBGE, o total de jovens entre 15 e 29 anos era de 48,3 milhões, 23,6% da população. No mesmo período, a juventude representava 42% dos desempregados. Está aí um retrato fiel da condição de vida precária dos jovens no Brasil. Dados de 2016 mostram que 39,6% dos jovens brasileiros começaram a trabalhar com menos de 14 anos. Entre os trabalhadores que não completaram o ensino fundamental, essa porcentagem sobe para 62%. Entre aqueles com superior completo, a porcentagem cai para 19,6%. Os números refletem a incompatibilidade entre a escola e o trabalho no capita-

- lismo. A pobreza e a miséria, impostas aos jovens, os obriga a parar de estudar para sustentar (ou ajudar a sustentar) a família muito cedo. Isso também explica sua maior participação nos trabalhos informais e subemprego de toda forma. Entre as pessoas desocupadas, mais da metade (54,9%) eram jovens de 16 até 29 anos. Os estados brasileiros com as maiores taxas de desocupação de jovens são o Amapá, Pernambuco, Bahia e Alagoas. Mas, no Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem valores acima da média nacional. Entre aqueles que trabalham, mais da metade (51%) trabalha de 40 até 44 horas semanais, o que tem implicação direta no tempo e no nível de escolaridade. Esse número sobe para 62%, se as horas trabalhadas forem de 40 até 48 horas semanais. A juventude negra é aquela que mais sofre com esses problemas. Seu ingresso no mercado de trabalho acontece antes dos jovens brancos: 36,8% destes começam a trabalhar até os 14 anos, contra 42,3% dentre os negros.
9. Outro dado relevante é sobre o rendimento. Os jovens que trabalham ganham menos que a média nacional (65,4% menos). Tais números mostram três fatos importantes sobre esse grupo social: 1) a juventude compõe a maior parcela entre os desempregados; 2) entre aqueles que trabalham, os jovens trabalham mais e 3) ganham menos que os demais trabalhadores. Ainda que os dados mostrem que o valor do rendimento médio de SP seja maior que o dos demais estados, isso está ligado ao fato de que o valor médio da força de trabalho, em geral, nesse estado, seja maior. O dado é agravado pela baixa adesão aos sindicatos. Em 2012, os jovens possuíam uma taxa seis vezes menor de sindicalização que os demais trabalhadores (15% do total). Com o avanço da crise, esse número caiu para 14%, em 2016. Ou seja, aponta para um crescimento da despolitização dos jovens trabalhadores.
 10. A porcentagem dos jovens que não estão na escola, nem no trabalho, aumentou com a crise. De 2012 para 2016, passou de 22,7% para 26% (todos os estados do Norte e Nordeste possuem porcentagem acima dos 25%). O percentual de jovens que só estuda aumentou 3,4%. Entre os que estudam e trabalham, diminuiu 5%. O aumento dos que só estudam e dos que não fazem nem uma coisa nem outra está diretamente ligado ao desemprego crescente no período da crise econômica mundial, quando esta afetou mais o Brasil. É redundante dizer que todas essas estatísticas são piores entre os pretos e entre as mulheres em geral. A maioria dos jovens que não estudam, nem trabalham, é de meninas, que sofrem com o trabalho doméstico e cuidados familiares.
 11. Os dados de violência também ajudam a compor o mosaico da miséria da juventude no país. Só em 2016, foram ceifadas 62.517 vidas pela violência do capitalismo. Dessas, 33.590 eram de jovens, em grande parte de negros. 4.222 foram vítimas da polícia, dos quais 76,2% eram negros. Aí vemos a solução que o Estado brasileiro dá para a população pobre e preta: a matança. O capitalismo é incapaz de resolver sua dívida histórica em relação à escravidão, os índices de morte entre os negros só crescem, assim como as demonstrações públicas de racismo. A violência contra as mulheres vem também em aterrador crescimento: 49.497 são violentadas e 4.645 mulheres assassinadas (sem contar milhares que morrem em clínicas de aborto, empurradas pela política proibitiva do Estado).

Nesses dois casos, a violência contra as negras é assustadoramente maior, 71% das mulheres que sofrem violência são negras. É preciso, ainda, assinalar que, dos mais de 600 mil encarcerados, 61,67% são de negros. Para agravar essa situação, os bolsonaristas querem alterar para baixo a maioria penal. Esse quadro evidencia o avançado estado de barbárie social que atingiu o País.

12. Esse conjunto de dados estatísticos sobre a juventude possui uma raiz no apodrecimento do modo de produção capitalista. Já faz onze anos desde que explodiu a crise nos EUA. É a mais profunda delas, registrando o valor negativo de 1,7% do PIB mundial, em 2009, de acordo com o Banco Mundial. Essa quebra foi antecedida por um período de relativa estabilidade, no começo dos anos 2000. Na América Latina, esse período correspondeu à instalação de um ciclo de governos nacional-reformistas, quando foram implantadas políticas de assistencialismo e dilatação do consumo, através, principalmente, da ampliação do crédito. Alimentou-se muita ilusão na possibilidade de um “crescimento sustentável”, com “distribuição de renda” e promoção da “justiça social” – expressões usadas em profusão pelos petistas. Para a juventude, essa fase resultou na criação do Prouni, na aprovação das cotas nas universidades, dentre outras “ações afirmativas” e “medidas de reparação”, insuflando o otimismo dos reformistas. Mas, veio a explosão da bolha imobiliária estadunidense no final de 2007 e início de 2008, se espalhando de forma viral pelo mundo depois, e esses governos começaram a cair, um a um. Entre 2015 e 2016, no Brasil, o PIB despencou e o desemprego deu um salto gigantesco. Esse processo solapou as bases da política assistencialista e pavimentou o caminho para o impeachment. As condições ditadas pela crise impunham cortes mais profundos do que o governo Dilma era capaz de empreender. Formou-se uma ampla frente burguesa, capitaneada pelo capital financeiro, que acabou consumando o golpe institucional em 2016, e instituindo uma ditadura civil no país.
13. Dada a orientação que vinha do imperialismo, de cortar na carne da nação oprimida para seguir honrando o compromisso da dívida pública extorsiva, Michel Temer não perdeu tempo. Passou imediatamente a aprofundar o plano antinacional e antipopular. Essas medidas, por seu turno, foram respondidas com a resistência instintiva dos oprimidos, tendo como ponto alto a greve geral em 28 de abril de 2017. Mas, não foram a causa unilateral do ascenso do movimento de massas, afinal, esse vinha se desenrolando desde antes, em razão do avanço da crise. Em 2012, foram 877 greves no país; em 2013, um aumento de 134% desse número, chegando a 2.050 greves; já em 2016, essa cifra subiu para 2.093. Para a juventude, o ponto de inflexão foram as “jornadas de junho de 2013”, que eclodiram em razão do aumento das tarifas de transporte. Tratava-se já de um sintoma inequívoco da crise econômica. As manifestações multitudinárias impuseram uma significativa derrota ao governo do estado e à prefeitura, Alckmin (PSDB) e Haddad (PT), respectivamente. Mas, a direção (Movimento Passe Livre – MPL) acabou se detendo nas reações conjunturais aos ataques, apresentando como saldo ganhos políticos limitados. Esse é o caso do congelamento momentâneo das tarifas, mas é uma conclusão válida também para os levantes secundaristas de 2015 e 2016, com as ocupações de escola.

14. Essas ondas de mobilização da juventude passaram por fora das entidades tradicionais, como a UNE, a UBES e as congêneres em âmbito estadual e municipal, dirigidas majoritariamente pelo petismo e pelo estalinismo (PCdoB-UJS). Com esses partidos à cabeça, as entidades têm ficado reféns de consignas limitadas, que não correspondem às necessidades reais da juventude, como a “CPI da merenda”, “Eleições diretas já!”, “#Elenão” etc. São bandeiras adaptadas ao marco da conciliação de classes, que comparecem associadas ao método da pressão parlamentar, da judicialização das lutas e do eleitoralismo. A ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre), entidade forjada pelo PSTU como ferramenta de divisão da UNE, e que pretendeu estender sua influência aos secundaristas, tampouco pôde se colocar à altura da tarefa de constituir uma direção classista para a juventude, permanecendo superestrutural.
15. Nos processos de luta se verificou, então, um rechaço a essas estruturas ossificadas, predominando, em oposição, a linha do “autonomismo”, que se diz “apartidário” e “horizontal” – como reivindicam o MPL e o “Mal-Educado”. O rechaço às entidades tradicionais revela a despolitização do movimento e a profunda confusão entre entidade e direção. O erro está em associar a existência em si dos organismos com o fenômeno da burocratização, quando o correto seria varrer a pelejada que aparelha as entidades e constituir uma nova direção. A tentativa do dito “autonomismo”, de superar o “velho” movimento estudantil através do atalho do “horizontalismo”, levou todas as explosões recentes da estudantada à dispersão e à desorganização, e a linha do “apartidarismo” tem desembocado com frequência no antipartidarismo, de matiz reacionária. A luta contra o aumento das passagens em São Paulo, agora, no começo de 2019, só tem confirmado esse balanço geral. Se as entidades tradicionais, mais uma vez, têm se mostrado, de um lado, a anos-luz de distância do objetivo de colocar as massas estudantis em choque direto com o Estado e a burguesia, de outro, o que se pode presenciar é o MPL tomando todas as decisões monocraticamente, das reivindicações ao trajeto da marcha, negociando aspectos com a polícia sem consultar o movimento, exatamente como fazem os pelegos nos sindicatos mais burocratizados, atitude que passa longe do “horizontalismo” pregado pela direção.
16. Contudo, o que chama a atenção, acima desses elementos específicos de balanço, é a ausência de uma resposta classista, tanto do reformismo/estalinismo, quanto do centrismo e do autonomismo, em relação à virada autoritária da burguesia, representada pelo bolsonarismo. Na verdade, estiveram todos debaixo da bandeira deflagrada pelo PT, de luta “contra o fascismo”. Na base desse tremendo atraso político está a crise de direção revolucionária. A inexistência de um partido marxista-leninista-trotskyista, enraizado nas massas em geral, e na juventude em particular, tem possibilitado todas essas imposturas. Os oprimidos não puderam compreender que foi precisamente o reformismo petista, que ainda possui o controle majoritário dos organismos de massa no país, o responsável por pavimentar o caminho para a ascensão da direita. E o fez na medida em que afundou a enorme disposição de luta da classe operária na lama do eleitoralismo e do pacifis-

mo. A única via para quebrar a espinha dorsal do golpe e da direita fascizante era o proletariado, com a sua capacidade de paralisar a produção social, e colocar em xeque o domínio político da burguesia. O que cabia à juventude era se colocar sob esse programa, atuando desde as escolas, universidades e dos bairros pobres no sentido de fortalecer essa disposição, utilizando a ação direta em defesa das suas reivindicações. Essa tarefa, na realidade, ainda está vigente. A tendência é dos ataques anunciados por Bolsonaro e Vélz Rodríguez agravarem o quadro de falência do ensino, como já foi dito. O programa do novo governo para a educação contempla o avanço da privatização, da desnacionalização e do obscurantismo religioso. Com isso, é de se esperar que os estudantes se levantem novamente, de forma instintiva, e é essa perspectiva que torna o balanço das últimas experiências imprescindível.

O ponto de partida deve ser o enfrentamento ao Plano Vélz, impulsionando o combate pelas bandeiras mais sentidas, fazendo a ponte com o programa mais geral de luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado e fruto da revolução. A juventude terá de enfrentar o fechamento de salas, turnos e escolas; de rechaçar o ensino a distância, o privatismo nas universidades e na educação básica; de exigir o livre acesso ao ensino superior a todos, de combater a discriminadora “Escola de Tempo Integral, de lutar pela revogação da reforma do ensino médio; de defender os empregos e de condições de vida; de conquistar o passe livre para os estudantes e desempregados, de desenvolver a campanha pela estatização dos transportes sob o controle operário, de travar uma duríssima batalha contra o “Escola Sem Partido”; de enfrentar a repressão etc. Para isso, terá de se organizar, desde as escolas, erguendo os grêmios livres, mas não se deter nessa tarefa: está na ordem do dia a luta pela retomada das entidades gerais, em âmbito municipal, estadual e nacional, para as mãos dos estudantes, constituindo uma direção classista, que possa aplicar plenamente a democracia operária e desenvolver o método da ação direta. Está colocada a bandeira de reconstruir as organizações estudantis pela base. A Corrente Proletária atuará nesse sentido, despendendo todos os seus esforços na tarefa primordial de colocar em pé uma fração revolucionária no movimento estudantil, com o seguinte programa, em síntese: defender as condições de estudo e trabalho aos estudantes, funcionários e professores; jornada de 4 horas de trabalho e o restante para estudo e lazer; por um sistema único de ensino, estatal, gratuito, laico, para todos em todos os níveis, e sob controle dos que estudam e trabalham; contra a falência do ensino, defender a concepção de ensino vinculado à produção social, que significa a unidade entre teoria e prática; expropriação da rede privada, sem indenização; contra a terceirização e a flexibilização capitalista do trabalho; abaixo a reforma trabalhista; em defesa da estabilidade no emprego; salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias, que seja capaz de cobrir as necessidades do trabalhador e sua família; reajuste automático de acordo com a inflação; contra a reforma da Previdência; unidade da maioria nacional oprimida e da juventude, sob a direção da classe operária; em defesa da frente única anti-imperialista; em defesa do socialismo e da revolução.